

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

Reunião n.º 32

11 de dezembro de 2018

(10,14 h - 13,42 h)

Ordem do dia: Audição Dr. Tiago Andrade Sousa, Assessor do Secretário de Estado Manuel Lancastre, entre 2002 e 2004, e Chefe de Gabinete dos Secretários de Estado da Energia Henrique Gomes e Artur Trindade entre 2011 e 2013

Presidente da Comissão: Emídio Guerreiro

Deputados:

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

Hugo Costa (PS)

Jorge Costa (BE)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Bruno Dias (PCP)

André Pinotes Batista (PS)

Fátima Ramos (PSD)

Rui Cruz (PSD)

António Topa (PSD)

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Srs. Deputados, declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 14 minutos.

Cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Antes de começarmos, tenho algumas informações prévias, sendo que a primeira tem que ver com a minha presença no topo da Mesa.

Como é do conhecimento de todos vim substituir a Sr.^a Deputada Maria das Mercês Borges nestas funções de presidir aos nossos trabalhos. Faço votos sinceros de que seja capaz de estar à altura dos desígnios de todos nós, da ambição que esta Comissão tem, e que seja capaz de corresponder, também, de alguma forma, às expectativas que as pessoas colocam em torno desta Comissão.

Dava ainda nota de que, para além desta alteração na composição da presidência da Mesa, o Sr. Deputado Carlos Pereira, que ocupava as funções de Vice-Presidente desta Comissão, saiu da dita, sendo substituído pelo Deputado Luís Moreira Testa. Fruto dessas alterações, o Sr. Deputado Hugo Costa passa a ser o coordenador do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta Comissão e o Deputado João Marques, que era suplente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, assumirá o lugar de efetivo na mesma.

Dou nota, ainda, de que no Grupo Parlamentar do PSD, também por força das alterações ocorridas, o Sr. Deputado Rui Cruz passa a integrar esta Comissão, na qualidade de suplente.

Num segundo ponto, chamo a atenção para o facto de, feita uma primeira análise do ponto de situação dos trabalhos — daí ter pedido para, logo à tarde, reunirmos a Mesa e os Coordenadores —, dos 120 dias que o Plenário autorizou para o funcionamento desta Comissão, já termos

executado 102 dias de trabalhos. Isto significa que, se não forem tomadas nenhuma decisão para se propor ao Plenário da Assembleia, no dia 28 de dezembro esta Comissão termina o seu prazo de funcionamento.

Relembro, juntamente com esta informação, que temos mais de 60 audições, já aprovadas, ainda por fazer. Por isso, peço aos Srs. Coordenadores que, logo à tarde, em reunião de Mesa e Coordenadores, olhemos para os encargos que temos e para o calendário possível, para que possamos, nos próximos dias, ou seja, antes da interrupção de Natal, tomar as decisões necessárias para conseguirmos que esta Comissão chegue a bom porto, de forma correta e credível junto das pessoas.

Numa terceira nota informo ainda que, já no âmbito das minhas competências, autorizei que os serviços enviassem para a Procuradoria-Geral da República um conjunto de documentos que nos haviam sido pedidos, nomeadamente atas de audições e alguns documentos entregues pelas pessoas que fomos ouvindo.

Como já é do conhecimento de todos, mas agora do ponto de vista formal, informo ainda que a audição do Eng.º Álvaro Barreto não terá lugar, uma vez que o Sr. Engenheiro se encontra doente. Uma das coisas que temos de equacionar, mais logo, é se continuamos, de facto, a pretender esta audição ou não, e calendarizá-la de outra forma. Mas tal decisão ficará para reflexão logo à tarde.

Antes de passarmos à audição propriamente dita — pelo que os serviços podem começar já a encaminhar o Sr. Doutor para a sala, para pouparmos algum tempo — dou nota de que o ex-Diretor-Geral de Energia e Geologia, Mário Guedes, que estava convocado para vir, nessa qualidade, a esta Comissão de Inquérito, oficiou a Comissão, dando nota de já não estar a exercer as funções pelas quais foi chamado, mas reiterando a total disponibilidade para, se for esse o entendimento dos grupos parlamentares, vir a esta Comissão.

Estas são as cinco informações que gostaria de partilhar convosco, dando muito enfoque para que, logo, possamos fazer uma boa planificação das próximas semanas e das próximas reuniões da Comissão. Terá de haver uma deliberação formal, da Comissão, antes de propormos para aprovação, a sua Ex.^a o Presidente da Assembleia da República e ao Plenário, as decisões que logo tomarmos.

Não sei se, nesta fase, antes da vinda do Dr. Tiago Andrade Sousa, querem fazer uso da palavra.

O Deputado Jorge Paulo Oliveira indica-me que quer usar da palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, dada a circunstância das mudanças que se foram operando na nossa Comissão, gostava de registar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, a excelência do trabalho que foi desenvolvido pela Sr.^a Deputada Maria das Mercês Borges à frente desta Comissão, porque, de facto, é esse o nosso sentimento. Julgo que será um sentimento comum a todos os grupos parlamentares, já que o seu trabalho foi, de facto, de uma grande qualidade.

Desejo, naturalmente, ao Sr. Deputado Emídio Guerreiro os mesmos votos de sucesso, na presidência desta Comissão. Votos estes que estendemos também ao novo Vice-Presidente da Mesa, o Deputado Luís Moreira Testa e aos novos membros da Comissão, o Deputado João Marques, do PS, e o Deputado Rui Cruz, do PSD. Desejo também ao novo coordenador do PS, Hugo Costa, os votos de maior sucesso à frente da coordenação do seu grupo parlamentar nesta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, aproveito, muito telegraficamente, para sublinhar, em primeiro lugar, a excelência do trabalho que tem sido aqui realizado, e também a procura de todos os grupos parlamentares, para fazermos um trabalho de forma profícua, e com qualidade.

Cumprimento também o Sr. Presidente, desejando-lhe um bom trabalho, bem como ao novo Vice-Presidente, que foi indicado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e aos novos membros da Comissão, sendo certo que muito trabalho temos pela frente, até para cumprir a agenda e as audições necessárias e para esta Comissão ter o reconhecimento público que é necessário.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, queria também associar-me, tanto à avaliação que é feita do trabalho anteriormente realizado pela Presidente Maria das Mercês Borges que, além da competência com que desempenhou as funções, manteve sempre uma relação de grande simpatia e cordialidade com todos os grupos parlamentares, e fazer votos para que, nas suas funções, o Deputado Emídio Guerreiro tenha as maiores felicidades e que consigamos, de facto, fazer face aos desafios que ainda temos para que a Comissão consiga, dentro de prazos razoáveis, chegar a conclusões importantes.

O Sr. **Presidente**: — Tem ainda a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

Não sei se o Sr. Deputado Bruno Dias, que olhou para mim, também pediu a palavra ou não.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Vai pedir, seguramente, Sr. Presidente.

Serei breve e gostaria de cumprimentar a Sr.^a Deputada Mercês Borges e felicitar o novo Presidente. A fazer fé que a experiência que já tem na condução de trabalho de comissões de inquérito ajude e que possamos, logo à tarde, encontrar uma forma de cumprirmos com o nosso plano, não só diversificando os trabalhos iniciais, como cumprindo o nosso desejo e a nossa obrigação, de chegar a algumas conclusões, como nos propusemos de início.

Por isso, queria cumprimentá-lo e desejar-lhe boa sorte.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, subscrevo as considerações que foram feitas. Não demorando, aproveito para desejar bom trabalho e reiterar a nossa disponibilidade e o nosso empenho para executar o trabalho que temos pela frente.

Vamos a isto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço as simpáticas palavras de todos os Srs. Coordenadores dos grupos parlamentares.

Terei muito gosto em ser o elo, transmitindo à Sr.^a Deputada Mercês Borges as palavras de carinho, de simpatia e de elogio de todos os grupos parlamentares. Penso que, ao fazê-lo, irei ao encontro das vossas expectativas.

Vamos agora, aguardar a entrada do Sr. Dr. Tiago Andrade Sousa para iniciarmos a nossa audição.

Pausa.

Dando as boas-vindas ao Dr. Tiago Andrade Sousa, informo apenas que tive oportunidade, antes da reunião, de explicar o modo de funcionamento da mesma, pelo que vamos atalhar caminho no que a este ponto diz respeito.

Recordava apenas ao Sr. Doutor que esta é uma comissão parlamentar de inquérito, que tem poderes reforçados e um contexto jurídico-legal diferente das outras comissões, uma vez que as provas obtidas nesta Comissão poderão fazer parte de processos que existam, ou que venham a existir, no âmbito de investigações judiciais.

Assim, pedia a todos, sobretudo ao Sr. Doutor, bastante rigor nas respostas, já que todos ficamos a ganhar. Da mesma forma, apelava ao poder de síntese de todos também, quer de quem faz as perguntas quer de quem responde. Com a síntese todos ganhamos em objetividade e, como queremos que esta Comissão de Inquérito consiga atingir objetivos bem definidos, penso que ficaremos todos a ganhar.

Dou, assim, a palavra ao Dr. Tiago Andrade Sousa, que, não tendo nenhuma apresentação, irá fazer uma curta intervenção inicial. Depois prosseguiremos, sendo que, hoje, o primeiro partido a usar da palavra, para colocar as primeiras questões, será o Partido Socialista, através do Sr. Deputado André Pinotes Batista, a quem, no tempo devido, darei a palavra.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Cumprimento o Sr. Presidente e os Srs. Deputados, agradecendo o convite para aqui estar; é uma honra.

Não tenho apresentação, pelo que me disponibilizo, desde o primeiro minuto, junto dos Srs. Deputados e das Sr.^{as} Deputadas, a responder às questões que me queiram colocar e relativamente às quais a minha memória

possa ressuscitar alguma matéria de um já longínquo passado, auxiliado ainda pelos conhecimentos que possa ter.

Para terminar esta pequena nota introdutória, gostaria ainda de vos dar conta de que, em relação a alguma questão que fique por esclarecer ou por clarificar, embora não tenha documentação, tanto da minha passagem, em 2011 e 2013, como no passado, poderei tentar, junto de antigos colegas, encontrar alguma documentação que vos possa ajudar e que possa clarificar alguma questão que fique, eventualmente, por responder.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, dar início à primeira ronda de perguntas.

Tem, assim, a palavra o Sr. Deputado André Pinotes Batista, recordando que tem 8 minutos para esta primeira ronda, que serão marcados no visor ao fundo da sala, para orientação de todos nós.

O Sr. **André Pinotes Batista (PS)**: — Sr. Presidente, nesta primeira intervenção, gostaria de felicitá-lo pelas suas novas funções que, estou certo, cumprirá com igual zelo, tal como acontecia com a nossa colega, a Deputada Maria das Mercês Borges.

Sr. Dr. Tiago Andrade Sousa, seja bem-vindo a esta Comissão. O Sr. Presidente já fez menção ao poder reforçado da mesma, mas até as últimas notícias que fomos tendo, e de alguns dados que foram sendo revelados, têm vindo a denotar que algumas das pessoas que aqui são ouvidas não tomaram devida nota do articulado da lei e não tiveram a completa consciência de que, além de se dizer a verdade, tem de se ser preciso, nesta Comissão.

Estou certo de que o Sr. Doutor não falhará a nenhum destes dois intentos e que a sua memória estará também, dentro do possível, ao serviço deste esclarecimento que se pretende fazer.

O Sr. Doutor foi assessor em dois momentos distintos. Apesar de ambos se enquadrarem no nosso trabalho, foram momentos diferentes e, portanto, as minhas questões serão também em função destes dois momentos distintos.

O Sr. Doutor assessorou o então Secretário de Estado do Desenvolvimento Económico, Manuel Lancastre, no XVII Governo Constitucional. Era relevante percebermos... Para seu espanto, até nisto já nos faltaram à precisão, para não dizer à verdade, e, por isso, fazia-lhe uma pergunta muito simples, e nem consigo perceber como é que alguém consegue falhar nisto: pode detalhar quais são as funções que desempenhou neste momento? Em que é que estas consistiam?

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr. Deputado André Pinotes, obrigado pela sua questão.

Estamos, portanto, a falar de 2004 e 2005?

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sim.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Muito bem.

Como referiu que fui assessor em dois momentos: fui assessor, em 2004/2005, do Eng.º Manuel Lancastre e, entre 2011 e 2013, fui chefe de gabinete de dois...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Foi assessor de outro Governo.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Não, não fui. Só fui assessor num momento, entre finais de setembro de 2004 e fevereiro de 2005. Tive, aliás, ocasião para tentar encontrar — e encontrei — o meu despacho de

nomeação, na altura, e terei todo o gosto em disponibilizá-lo, mas é algo muito simples.

Fui nomeado, com efeitos a 27 ou 28 de novembro de 2004, pelo Eng.º Manuel Lancastre, à data Secretário de Estado do Desenvolvimento Económico, para assessor jurídico no âmbito do acompanhamento da reforma da Administração Pública e cessei funções no início de fevereiro de 2005.

Como os Srs. Deputados sabem o Governo caiu, passo a expressão, em novembro, portanto, em termos de funções efetivas, estamos a falar em dois meses, e entrou em gestão em novembro e, durante esse período, tive oportunidade de, a pedido do chefe de gabinete, acompanhar processos respeitantes a recursos geológicos, nomeadamente processos de licenciamento de minas, etc.

Portanto, foram estas as funções que desempenhei durante aquele curto período entre 2004 e 2005.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Muito obrigado, Sr. Doutor.

De facto, foi um *lapsus linguae* meu. O Sr. Doutor não foi assessor por duas vezes, com certeza, e ainda bem que me corrigiu. De todo o modo, se a sua ação se confinava à assessoria na área das minas...

Para já, permita-me que registre o seguinte: temos ouvido aqui um conjunto de pessoas e temos colocado a questão de ter sido num governo que estava em gestão que foram tomadas tão importantes decisões.

Eu acredito e faço boa nota daquilo que acabou de transmitir, mas não podemos, quando abordamos estes assuntos, obter, umas vezes, uma resposta de que «os dois meses em que estávamos em gestão eram perfeitamente normais e serviam perfeitamente para todo o tipo de deliberações» e, simultaneamente, isso servir, de alguma forma, para diminuir a importância da ação de cada pessoa.

Portanto, não pode a ação do Governo, naqueles dois meses, não estar diminuída para tomar decisões importantes e onerosas e a ação dos protagonistas estar limitada, de certa maneira.

Mas, permita-me que lhe coloque uma questão: se não era o Dr. Tiago Andrade Sousa quem assessorava a energia, quem era?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr. Deputado, se me permite, já agora, gostaria de esclarecer um ponto prévio: quando os Srs. Deputados aprovaram a lista de individualidades, de pessoas, a ouvir nesta Comissão eu até apareço mencionado como ex-assessor do Secretário de Estado Franquelim Alves. Portanto, houve um lapso, porque eu nunca fui assessor do Secretário de Estado Franquelim Alves, nem tão pouco o conheço.

Voltando à sua questão: em termos de energia, repare que eu entro já em finais de setembro, o Governo de então já estava em funções, salvo erro, há dois meses, creio que entrou em funções em...

O Sr. **Presidente**: — Em julho!

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — ... julho, e eu fiquei com a sensação que grande parte dos assessores e dos adjuntos já vinham de trás.

Eu tinha um gabinete onde estávamos quatro assessores: havia um que acompanhava a área dos combustíveis, Dr. Luís, cujo apelido não me recordo; um assessor que acompanhava a área dos financiamentos europeus, que era um professor do Técnico; e eu, juntamente com outro colega, acompanhávamos a parte da reforma da administração pública e dos recursos geológicos, esse colega já tinha sido nomeado em julho.

A área da energia era acompanhada pelo gabinete do Sr. Ministro, ou seja, julgo, e não quero estar aqui a não ser preciso, que os adjuntos ou assessores que acompanhavam esta área de energia eram do gabinete do Sr.

Ministro, à data: o Prof. Ricardo Ferreira, que, julgo, já aqui esteve e já o confirmou, e... Creio que era só ele.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Estava aqui a refletir sobre uma matéria... A saúde das pessoas é, de facto, uma coisa sagrada e é uma coisa sobre a qual não desejo, por uma questão de decoro, pronunciar-me, mas nesta Comissão nós estamos a chegar a uma situação um pouco de impasse, porque o Sr. Ministro Álvaro Barreto não se encontra, aparentemente, em condições de poder prestar esclarecimentos.

Apesar de — e ainda bem que fez a correção há pouco sobre a qualidade em foi aqui chamado, e, já agora, quero dizer-lhe que a sua convocação não é da nossa responsabilidade — termos todo o interesse em ouvir as suas explicações, começamos a ficar aqui num ângulo morto em que, de facto, há um conjunto de informação que era importante obtermos e até cruzar com outra informação que nos foi transmitida, mas, enfim, as coisas são como são e também tiraremos as ilações e o Sr. Deputado Relator Jorge Costa também fará o melhor possível, não tendo o relato de Álvaro Barreto.

De todo o modo, no despacho que foi feito pelo Sr. Secretário de Estado quando cessou as suas funções é-lhe lavrado um louvor que diz, e passo a citar: «Ao cessar as minhas funções de Secretário de Estado do Desenvolvimento Económico (...) louvo pela dedicação e espírito de iniciativa sempre presentes (...), tendo tratado de prestar assessoria jurídica às direcções dos institutos públicos e direcções-gerais sujeitos à minha tutela (...)» — e aqui parece alargar mais o âmbito do que aquilo que o Sr. Doutor disse — «(...) sendo encarregue em especial dos assuntos relacionados com a Direcção-Geral de Geologia e Energia. Foi sempre com zelo e empenho que

executou (...)» — e continua, fazendo um conjunto de considerações, que, para não desenquadrar o louvor, são, de facto, de louvor ao seu trabalho — «(...) bem como a contribuição para o célere andamento das matérias sobre a sua responsabilidade.»

Aquilo que lhe pergunto é o seguinte: deste despacho não posso extrair, é abusivo da minha parte extrair, que tinha mais competências do que apenas as minas, nomeadamente no setor da energia? Seria uma conclusão precipitada fazê-lo? Porque também sabemos que estes despachos, muitas vezes, são feitos de forma bastante genérica e, portanto, gostava que o Sr. Doutor pudesse esclarecer.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Pergunta-me se é abusiva essa interpretação?

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sim, se seria abusiva.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — É!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Ficamos esclarecidos!

Sr. Doutor, o Dr. Franquelim Alves e o Dr. Carlos Tavares afirmaram que o processo da arquitetura jurídica da cessação dos CAE (contratos de aquisição de energia) e da criação dos CMEC (custos de manutenção do equilíbrio contratual), que foram por eles lançados, como reconhecem, acabaram por não ficar finalizados na vigência das suas ações.

Por outro lado, o Dr. Manuel Lancastre, que lhe sucedeu na pasta, como sabe, acabou por dizer, e até é bastante perentório — aliás, posso dizer que até fiquei positivamente surpreendido com a declaração que fez —, que herdou processos já fechados, e nós aqui, vulgarmente, utilizamos a palavra «blindado»... Aliás, talvez seja importante ficar esclarecido que quando

referimos a blindagem é no sentido de, como o Dr. Manuel Lancastre referiu, e passo a citar: «processos já fechados», «tendo-me limitado a assiná-los» e «se tivesse sido eu arquiteta-los tê-lo-ia feito de forma diferente».

Tem noção de que parte é que foi herdada e vinha blindada, se me permite a expressão, e eu aqui coloco a palavra blindado, entre aspas, e do que não estava blindado o que é que teria sido feito diferente, ou o que é que deveria ter sido feito diferente?

Coloco-lhe esta questão para clarificar e por um motivo: não podemos ter três responsáveis políticos em que dois dizem não ter finalizado um processo que onerou e que hoje temos uma avaliação profundamente crítica ou, pelo menos, de que deveria ser feito de forma diferente, e quem os sucedeu dizer: «bem, eu já não podia fazer nada». Portanto, por um lado, temos quem não acabou e, depois, por outro lado, quem acabou diz que acabou desta maneira porque foi forçado.

Ora, a responsabilidade não pode morrer nesta zona de sombra e eu gostava de ouvir a opinião do Sr. Doutor, e isso é o mais relevante, mesmo que da minha pergunta alguma coisa possa não ter...

Esta é a questão central: dois não finalizaram, o terceiro, quando veio finalizar, finalizou aquilo que parecia não querer finalizar...! Pergunto: estavam ou não estavam blindados estes contratos, na sua opinião?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr. Deputado, o que me pergunta é se, na passagem do Governo do Ministro Carlos Tavares para o Governo do Eng.º Álvaro Barreto, os processos que estavam em curso foram entregues fechados ou não fechados. É isso?

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Exatamente!

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Eu teria o maior dos gostos em elucidá-lo, mas, como sabe, eu não estive no gabinete do Ministro Carlos Tavares ou no dos secretários de Estado do Ministro Carlos Tavares e, quando fui nomeado em finais de setembro de 2014, foi para acompanhar áreas totalmente distintas.

Portanto, eu teria o maior dos gostos, mas, confesso-lhe, não posso clarificar a esse respeito.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Doutor, peço desculpa fazer-lhe esta pergunta: acha que foi um erro chamá-lo aqui à Comissão?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr. Deputado, julgo que essa avaliação terá de ser feita pelos Srs. Deputados e não por mim. Eu tenho todo o gosto em aqui estar...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Explico-lhe o porquê da minha pergunta: estou a colocar-lhe um conjunto de questões e o Sr. Doutor está a responder-me — e eu estou a fazer boa fé do que está a dizer —, dizendo que não trabalhou nestas matérias e que não tem informação sobre estas matérias.

Então, para o esclarecimento do que tem a ver com CAE e CMEC, pergunto-lhe o que é que nos pode dizer, num sentido mais genérico, sobre estes assuntos. É que, como não fez uma apresentação inicial, o que está no seu direito, como já respondeu várias vezes — e acredito que me está a dizer a verdade e não pense que estou inferir outra coisa que não a verdade — que não tem informações sobre isto... Aliás, até agora, extraímos uma coisa importante da sua presença aqui: era na equipa que estava com o ministro que estava a ser trabalhada esta matéria.

Então, o que lhe pergunto é que tipo de esclarecimentos e de opiniões é que nos pode dar, permita-me fazer assim uma pergunta de chapéu aberto, sobre os CAE e os CMEC.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr. Deputado, percebo a sua questão, mas, de facto, entre 2004 e 2005 não tive qualquer contacto com CAE e com CMEC.

Terei todo o gosto, quando o Sr. Deputado passar ao período entre 2011 e 2013, em poder abordar, embora no âmbito das funções que ocupava, esses temas; mas, entre 2004 e 2005, peço-lhe imensa desculpa mas não estou habilitado para lhe dizer que acompanhei este ou aquele tema relativamente aos CAE e aos CMEC.

O Sr. **André Pinotes Batista (PS)**: — Tive azar; devia ter começado logo por esse período de Henrique Gomes.

Então, coloco-lhe, desde já, a questão: como é que comenta a afirmação, feita por Álvaro Santos Pereira, de que se abriram garrafas de champanhe na EDP quando o Sr. Secretário de Estado foi «varrido»?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Como comento?... Não tenho grandes comentários, eu não ouvi diretamente essa expressão... De facto, o Ministro Álvaro Santos Pereira, à data, terá comentado com o Sr. Secretário de Estado esse tema, aliás, julgo que ele até menciona essa questão no livro que escreveu.

Agora, devo dizer-lhe: se calhar, foi uma abertura de garrafas de champanhe de uma forma que, eventualmente, passado pouco tempo, se arrependeram de o ter feito, de, alegadamente, o ter feito...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Por que é que considera que meteram as garrafas de champanhe no frigorífico rapidamente?

Risos.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Porque, se essa expressão corresponde à verdade — e eu não tenho nenhum dado que me habilite para o fazer —, julgo que todo o processo que se seguiu, liderado pelo Dr. Artur Trindade, demonstra que essas garrafas, provavelmente, foram mesmo para o frigorífico, porque não havia razões para grandes festejos.

É isso que tenho a dizer.

Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, ainda consigo fazer mais uma pergunta?

O Sr. **Presidente**: — Se for em troca de uma segunda ronda, acho que faz sentido, mas, como antevejo que haja uma segunda ronda, guardaremos essa pergunta para uma segunda ronda.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Então, permita-me uma brevíssima nota.

Sr. Doutor, voltaremos a esta questão com mais detalhe. Eu, agora, também coloquei a questão muito mais rapidamente para ver se ainda a fazia antes dos 8 minutos, que é o tempo de que disponho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria cumprimentar o Sr. Dr. Tiago Andrade Sousa e perguntar-lhe o seguinte: o senhor esteve no gabinete do secretário de Estado Manuel Lancastre no momento em que foram assinados os acordos de cessação.

Já percebemos que não era a sua área, mas pergunto-lhe se tem algum conhecimento do processo de negociação dos acordos de cessação dos CAE.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr. Deputado Jorge Costa, muito obrigado pela sua pergunta, mas, como há pouco respondi, não acompanhei, de todo, a área dos CAE e dos CMEC.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Relativamente à venda dos terrenos da Central do Pejo à Tejo Energia também não teve contactos?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Em 2004 e 2005 não.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Passemos, então, para 2012.

Recebemos na Comissão dois documentos diferentes relativos ao relatório quanto à Medida 5.15 da segunda revisão do Memorando de Entendimento.

Foi produzido, na altura em que o senhor era chefe de gabinete do Eng.º Henrique Gomes, um relatório a enviar à troica, datado de 31 de janeiro, chamado «Rendas no setor gerador de eletricidade», que alinhava um conjunto de medidas para fazer baixar a dívida tarifária naquela altura. A revisão do modelo de comércio de licenças de CO₂, o corte na cogeração e a revisão do mecanismo de garantia de potência eram as medidas que estavam enunciadas nesse documento, que nos chegou pelo Ministério da Economia.

Portanto, este será o documento oficial que hoje reside nos arquivos do Ministério da Economia.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Qual era a medida?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — É o ponto 5.15 do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica. Posso dar-lhe os documentos, pois trouxe-os impressos precisamente para o caso de ser preciso reavivar a sua memória.

Por outro lado, este mesmo documento surgia citado num relatório da OCDE e nós pedimo-lo, também, à OCDE. O nosso espanto foi que o documento enviado pela OCDE, apesar de ter exatamente o mesmo título e de ter a data de uma semana depois, é completamente diferente do documento que nos chegou do Ministério da Economia.

No relatório que nos chegou da OCDE, além das medidas que constam do documento do Ministério da Economia, surgia a renegociação dos CMEC e a extensão das *feed-in* das eólicas como contrapartida financeira para fazer face à dívida tarifária.

Qual é a sua memória acerca disto? Como foi o processo de elaboração destes relatórios? Tem alguma explicação ou imagina alguma razão para haver estes dois documentos diferentes: um que nos é enviado pelo Governo e outro que nos é enviado pela OCDE? Quais são as diferenças? Que memória tem sobre estas?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Qual é a data do relatório?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O relatório que nos chegou do Governo tem a data de 31 de janeiro e o relatório que nos chegou da OCDE tem a data de 9 de fevereiro.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Janeiro de 2012, muito bem.

Sr. Deputado, obrigado pela sua questão. Julgo que isto se situou no âmbito da chamada *second review*. Portanto, houve uma primeira revisão em setembro e, depois, houve esta em janeiro.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Exatamente!

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Tal vem já na sequência da altura do abandono do instrumento que, até aí, tinha sido identificado pelo Eng.º Henrique Gomes e pelo Ministério da Economia, a famosa contribuição hoje conhecida por «CESE» (Contribuição Extraordinária para o Setor Energético).

No fundo, com essa *second review* o Governo comprometeu-se, no âmbito de várias medidas, a apresentar um relatório em que traçava o *status quo* do sistema elétrico à data e da evolução da dívida tarifária, do peso dos CIEG (custos de interesse económico geral), etc., etc.

Portanto, fazia um diagnóstico e propunha uma terapêutica. A terapêutica passava, como disse, julgo, pela alocação de 80% das licenças de CO₂ — um tema que, aliás, podemos depois abordar, eventualmente, pois foi um combate muito duro ter-se conseguido essa alocação para o sistema elétrico — e pela redução do sistema remuneratório da cogeração e aqui o Eng.º Henrique Gomes entendeu, face ao abandono do tema da contribuição, que não existiria, à data, uma terapêutica no tocava aos CMEC e à PRE (produção em regime especial), e, neste caso, estamos basicamente a falar na eólica.

Ora, o gabinete do Secretário de Estado da Energia não interagiu diretamente com a Estrutura de Acompanhamento dos Memorandos (ESAME), nem tão-pouco com a troica. Portanto, a ESAME, a entidade dirigida pelo então Secretário de Estado Carlos Moedas, fazia a interação com a troica, recolhia e interagiu com os restantes gabinetes, consolidava a

documentação e, depois, apresentava-a e remetia-a à troica. O circuito era, basicamente, assim: a Secretaria de Estado da Energia remetia a documentação ao gabinete do Ministro da Economia e o gabinete do Ministro da Economia, depois de validada essa documentação, remetia à ESAME e a ESAME à troica.

Do que me recordo, este documento foi objeto de alguma discussão entre o Ministério da Economia e a ESAME e houve uma série de reuniões posteriores — estamos a falar de dezembro, início de janeiro — no sentido de o consolidar. Creio que o que estava a passar-se tratava-se, acima de tudo, de mensagens políticas. Basicamente, este relatório, produzido pelo gabinete — que é o relatório que eu conheço, do da OCDE não me recordo, mas o Sr. Deputado poderá, depois, disponibilizá-lo —, não identificava terapêuticas, deixava em aberto as terapêuticas no que toca a CMEC e a PRE. No entendimento, depois, do gabinete do Ministro da Economia e da ESAME importaria, desde já, identificar essas terapêuticas, uma vez que estamos a falar de cumprir medidas que constavam no memorando. Esta, aliás, até tinha a chamada *red flag*, ou seja, era um *benchmark* caso não fosse cumprida, não havia reembolso de uma determinada tranche, à data. No decurso dessas reuniões, julgo que acabou por sair, se é a esse relatório que se refere, o da OCDE, no qual já se identifica a terapêutica no que toca a CMEC e a PRE, que passava por uma negociação que teve início pouco tempo depois.

Não quer isto dizer que, por exemplo, no que toca à cogeração e mesmo à alocação das licenças de CO₂, os processos negociais não tivessem também sido estabelecidos. Foram-no, mas estes acabaram por vir a ser identificados um pouco mais tarde. Julgo que foi, mais ou menos, isto que se passou.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, o documento em que a extensão das *feed-in* e a renegociação dos CMEC é mencionado vem, digamos, do

Ministro e do Eng.º Carlos Moedas para dar concretização a estes dois aspetos que não estavam, na opinião do Secretário de Estado, em condições de avançar.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Não estavam, mas não quer dizer com isto que, depois das interações que houve, o gabinete, na pessoa do Secretário de Estado, não tenha validado esse documento final.

Julgo que o Eng.º Henrique Gomes acabou por, depois, no âmbito dessa discussão interna que houve, aceitar e aprovar esse documento final.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Então, qual destes documentos foi enviado à troica? Foi o que tinha a menção às *feed-in* e aos CMEC ou foi o que não tinha essa menção?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Eu creio que foi o que já tinha a menção à negociação da PRE e dos CMEC. Creio que foi esse. Pretendendo dizer toda a verdade e não mais do que a verdade, confesso-lhe que confirmarei, mas tenho a ideia de que foi esse o documento que acabou por ser...

Entretanto, o Deputado Jorge Costa entregou uma cópia em papel do documento da OCDE que vinha sendo referido ao Dr. Tiago Andrade Sousa.

O Sr. **Presidente**: — Apesar da entrega do documento, vamos continuar.

Sr. Deputado, não vamos poder interromper a audição. O Sr. Dr. Tiago Andrade Sousa, depois, fará a leitura. Vamos prosseguir os trabalhos, pois não podemos suspender em função da entrega de um documento.

Sr. Deputado, faça o favor de continuar.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Nesse documento, a questão da extensão das *feed-in* das eólicas é apresentada da seguinte maneira: já temos um acordo com 65% dos produtores para uma extensão por três anos, a 50 milhões de contribuição por ano.

O que veio a verificar-se, em 2012, foi algo completamente diferente — a extensão foi feita por sete anos e com uma contribuição de 25 milhões por ano, ou seja, metade do que estava consagrado nesse documento enviado à troica.

Por que razão se duplicou o prazo da tarifa garantida, por metade do dinheiro, na versão final?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr. Deputado, eu sugeria, eventualmente, que colocasse essa questão tanto ao Eng.º Henrique Gomes, que virá aqui a esta Comissão, como depois ao Dr. Artur Trindade. Mas creio que este documento, apresentado em janeiro, ainda em sede de consulado do Eng.º Henrique Gomes, se tratou de uma estimativa.

Outra coisa foi o que veio a resultar, passados uns meses, no âmbito da negociação que foi estabelecida, no documento com números e referências variáveis que foram sendo afinadas. Creio que se tratava mais de uma estimativa do que de outra coisa e que o desfecho, no âmbito do Decreto-Lei n.º 35/2013, resulta já de uma negociação com todos os prós e os contras que advêm de uma negociação, com todas as especificidades que decorrem da mesma.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas o documento refere negociações já feitas. Tem memória dessas negociações feitas antes da produção desse documento?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Se calhar, voltamos um pouco atrás. No âmbito dos 9 ou 10 meses do Eng.º Henrique Gomes, houve, logo desde o início, uma série de contactos e de reuniões que o Engenheiro liderou com os *stakeholders* — estamos a falar da EDP, dos representantes das PRE, CAE, etc. —, no sentido de identificar medidas que pudessem responder à proposta de então da ERSE, que apontava para setembro, para aumentos na ordem dos 14% ou 15%.

Portanto, estabeleceu-se essa plataforma à qual não chamaria de negociação, mas de reuniões, no sentido de fazer e de consensualizar este diagnóstico e, depois, tentar identificar uma série de terapêuticas.

A terapêutica identificada na altura, como o Sr. Deputado sabe, foi a contribuição. Quando a contribuição foi abandonada, passado algum tempo, por forma a fazer face à pressão da troica e, também, à pressão no seio do Governo, foi estabelecida uma série de contactos posteriores com estes *stakeholders* para identificar medidas que pudessem compensar este abandono da contribuição. Mas esses contactos foram muito preliminares e, na altura, não houve, creio, nenhum afunilamento em termos das partes identificarem pontos concretos em que pudessem estabelecer essa plataforma de negociação.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Conte-nos como é que surgiu. Como foi discutida no Governo e como caiu a proposta de contribuição do Eng.º Henrique Gomes?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Bom, tentando fazer um pouco o histórico do tema dessa proposta, como sabe, eu não a acompanhei, porque era chefe de gabinete e, portanto, nunca participei em reuniões com o Secretário de Estado ou em reuniões do Conselho de Ministros. Mesmo ao mais alto nível, essas reuniões foram, diria, quase todas feitas só com o Eng.º

Henrique Gomes. Julgo que estamos a falar, temporalmente, de setembro ou outubro de 2012, em que há um trabalho que vem de trás, no sentido de identificar e de construir um modelo para o sistema elétrico, que não existia à data. Na altura, identificou-se que a Direção-Geral da Energia e Geologia não tinha um modelo para o sistema elétrico nacional e foi criado um grupo de trabalho para o levar a cabo e, em paralelo, foi sendo construída essa contribuição, com pareceres jurídicos, reuniões com a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, no sentido de validar, do ponto de vista fiscal e orçamental, a própria natureza da contribuição.

Como sabem, em paralelo, estava a decorrer, digamos assim, o processo de sexta fase, ou sétima fase, da privatização da EDP. Tudo o que, depois, veio a acontecer julgo que é público. Tudo o que o Eng.º Henrique Gomes nos transmitiu, ao gabinete, foi que, numa última reunião que teve, o processo da contribuição teria de ser, à data, pelo menos, suspenso, porque, em termos de privatização, a privatização da EDP prevaleceria, face ao tema da contribuição.

Em paralelo, fomos imediatamente instruídos no sentido de encontrar alternativas que respondessem ao mesmo problema. Portanto, o Governo estava ciente de que havia um problema e que iria responder a esse problema, mas, à data, o processo não teve a aprovação política, pelo que foi suspenso. Mas, veio depois, mais tarde — como sabe, na altura eu já não estava —, em 2014, veio a ser ressuscitado e o problema ficou resolvido.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Em maio de 2012, é assinado com a EDP, por parte do Governo — já sem o Eng.º Henrique Gomes, mas ainda com o Ministro Álvaro Santos Pereira —, um acordo para a revisão da taxa da remuneração da parte fixa dos CMEC. Esse acordo nunca foi conhecido, mas fixava, em contrapartida à redução da taxa dos CMEC, um conjunto de medidas, nomeadamente relativas à reposição da garantia de potência e às

condições de remuneração da dívida tarifária. Esse documento nunca tinha sido visto pelo Parlamento, surgiu agora no âmbito da Comissão de Inquérito e uma das coisas que surpreende é que, ao mesmo tempo que aparece esse documento, secreto até hoje, existem cartas trocadas entre António Mexia e o Ministro Álvaro Santos Pereira a combinar os termos da divulgação daquele acordo.

Em primeiro lugar, pergunto-lhe que memória tem da forma como foi negociado este acordo com a EDP. E, em segundo lugar, uma vez que estava combinada, de algum modo, a divulgação do acordo, por que é que ela nunca chegou a acontecer? Havia uma referência, na portaria, em que se estabelecia a redução da taxa, dizendo que a taxa era revista para 4,75%, nas condições em que a EDP concordou realizar essa redução. Simplesmente, essas condições, que estavam vertidas neste acordo, nunca tinham sido divulgadas e não constam de qualquer documento oficial.

Em suma, pergunto-lhe: por que é que não foi divulgado? E como é que foi negociado? Como é que tem, na sua memória, a negociação deste acordo?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr. Deputado, muito obrigado pela questão.

Julgo que isto se passa entre março e maio, junho de 2012.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Maio de 2012!

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Portanto, foi com a tomada de posse do Dr. Artur Trindade. O gabinete manteve-se, ele renovou os convites. Era um gabinete muito pequeno. E, logo a seguir à tomada de posse o Dr. Artur Trindade deu-nos instruções, no próprio dia, no sentido de dar início às negociações, tanto com a EDP como com os eólicos, com os CAE

e com a cogeração. E eu fui instruído, acima de tudo, no sentido de organizar e desafiar um conjunto de gente do setor para negociar ou dar início a essa negociação.

Essas negociações realizaram-se entre março e maio. No que toca ao gabinete, essas reuniões foram, todas elas, lideradas pelo Dr. Artur Trindade; anteriormente, já tinham sido pelo Eng.º Henrique Gomes, julgo que dois reconhecidos especialistas e técnicos do setor.

Do lado do gabinete, marcaram presença dois assessores, um dos quais, do lado do gabinete do Ministro Álvaro Santos Pereira, acompanhou toda a negociação, e, no que toca à EDP, estavam dois elementos da administração e, mais tarde, aquando da formalização, foram acompanhados por um advogado, nomeado pelos mesmos para formalizar essa negociação. Eu estive presente na primeira reunião, na qual também esteve o Ministro Álvaro Santos Pereira, e, depois, estive na última reunião, aquando da formalização.

Recordo-me, sem dúvida, dessa troca de correspondência. Houve uma troca de correspondência entre o ministro e a EDP, mas creio que essa troca de correspondência era no sentido de consolidar os termos em que essa negociação foi feita. Pelo menos do que me recordo, não tiro daí nenhuma ilação; no fundo, era uma formalização.

Essa negociação, como o Sr. Deputado refere, abarcou a questão da redução da taxa, dos 7,5% para os 4%. Quanto à garantia de potência, há dois aspetos a salientar: a garantia de potência foi suspensa durante o período da troica — tenho aqui o número da portaria, é, salvo erro, a Portaria n.º 185 — e os termos da garantia foram reduzidos também ainda antes desta negociação. Julgo que tem conhecimento disso.

O que me parece que se pretendeu, no âmbito desta negociação, da parte da EDP, foi isto: havia uma série de reduções que a EDP estava a aceitar, estando a caminhar no sentido de dar acolhimento à proposta do

Governo, mas a exigência da contraparte era, no mínimo, a de exigir alguma estabilidade futura no que toca às reduções feitas.

Creio que, nessa medida, estes foram os princípios que tornearam, depois, essa troca de correspondência.

Quanto à questão do conhecimento público, do que me recordo, a troica validou, formalmente, esta negociação e os termos da mesma. Houve um parecer da ERSE, que foi emitido, quanto à garantia de potência e quanto à questão da redução da taxa. E também me lembro de que o Sr. Ministro Álvaro Santos Pereira e o Dr. Artur Trindade vieram aqui, à Assembleia da República, apresentar os termos dessa negociação — e, agora, não lhe sei dizer se foram, isoladamente, os termos da negociação com a EDP, se foram os termos da negociação com a EDP, os termos da negociação com os eólicos e os outros cortes, que foram entretanto negociados e aprovados.

Portanto, em termos do conhecimento público, julgo que, na altura, foi dado, através desta Casa, o conhecimento dessas negociações. Pormenorizadamente, alínea a alínea, provavelmente, não foi, mas os termos gerais da mesma, julgo que foi dado.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Tem recordação de quando foi essa vinda do ministro e do secretário de Estado à Assembleia da República? Em que data? E foi à Comissão de Economia?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Julgo que foi à Comissão de Economia.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O Sr. Doutor coordenou um grupo de trabalho estabelecido, a dada altura — por volta de agosto de 2012 —, para a elaboração do relatório sobre a compensação pecuniária dos custos para a manutenção do equilíbrio contratual e sobre a extensão das concessões do

domínio hídrico, grupo esse que, depois, veio a ter a participação de representantes da ERSE, da direção-geral de energia e da REN.

Esse grupo foi constituído por despacho em junho de 2012 e tinha um prazo até 25 de setembro para apresentar o seu trabalho. Quais foram as principais conclusões que esse grupo de trabalho tirou e que apresentou no seu relatório?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Essa é uma pergunta difícil, porque não... Lembro-me que houve, de facto, um grupo de trabalho cujos elementos eram: dois técnicos da ERSE; um elemento do nosso gabinete; julgo que também o, então, diretor-geral da energia, que também estava a acompanhar esse tema; e um elemento da REN, que não me recordo quem era nessa altura.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Eram a Dr.^a Maria José Clara e o Dr. Jorge Correia.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Estive na reunião inicial, no sentido de transmitir a mensagem do secretário de Estado e a mensagem que decorria da própria medida da troica. É que, depois, foi produzido um relatório para apresentação à troica e para identificar os *timings*, que eram muito apertados.

Esse relatório, depois, passados dois meses, salvo erro, foi entregue. Agora, não me recordo das conclusões do mesmo, mas creio que, depois, veio dar origem a uma nova medida. Creio que a medida 5 ponto...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A 5.6!

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Exatamente!

Mas o Sr. Deputado tem esse relatório?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Temos!

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — É que, se não tivesse, eu tentaria identificá-lo junto de algum ex-colega. Julgo que foi entregue e, depois, deu origem a uma medida, a tal 5.6.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O relatório é particularmente contundente acerca da questão da extensão do domínio hídrico. Qual é que é, hoje, enquanto redator desse relatório — suponho que tivesse sido... Não foi o senhor que o escreveu, mas, de qualquer modo, como é que vê, hoje, a forma como foi estendida a concessão do domínio hídrico à EDP nas 27 barragens, a partir de 2004 e até 2007?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr. Deputado, teria todo o gosto em responder a essa pergunta, mas trata-se de um tema que teria tido origem, julgava eu, em 2003, 2004. E julgo que, nesta Comissão, essa data já foi remetida para 1996, 1997, 1995, ou seja, tudo alturas em que não tive qualquer tipo de contacto com essa matéria.

E o contacto que tive, em 2011, com a questão da extensão do domínio hídrico, além da coordenação, que passou, no fundo, por esta reunião de *kick-off* para dar início ao trabalho dos técnicos, foi basicamente aquando de um processo de recolha de uma série de documentação existente, logo no início, em julho ou agosto de 2011, ainda no tempo do Eng.º Henrique Gomes, em que se identificou uma série de documentação sobre este processo e que já tem vindo a ser abordada no âmbito desta Comissão.

Julgo que se trata, acima de tudo, de uma questão jurídica, em que há, pelo que tenho ouvido dos especialistas, quem defenda que se trata, ou que

se tratava, de um direito adquirido e, portanto, não sujeito a qualquer tipo de concurso público, como há quem defenda o contrário. Também sei que, no âmbito da famosa queixa apresentada a Bruxelas, esse processo parcialmente já foi resolvido, ou seja, Bruxelas já terá validado a questão do próprio processo de extensão. Julgo que há outro tema pendente, mas esse tema já estará resolvido.

Nunca me debrucei, nem com curiosidade, do ponto de vista académico, nem tão-pouco, na altura, como chefe de gabinete. Os temas eram tantos que não me permitiam aprofundadamente analisar um ou outro.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O senhor foi autor de uma denúncia no DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal) a respeito da venda da empresa Home Energy — e estamos bem informados a partir da imprensa.

Então, gostava que confirmasse o que vem na imprensa a respeito dessa denúncia, se a fez, e o que é que motivou essa denúncia, quando a fez.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr. Deputado, muito obrigado pela sua questão.

Tenho por princípio não comentar notícias, ou comentários de notícias, sobre o meu depoimento. Essas notícias decorrem, julgo eu, das funções que exerci entre 2011 e 2013 e de uma notificação que recebi para ser ouvido como testemunha — em 2014, salvo erro — tal como, no âmbito desta Comissão.

Portanto, foram, na altura, submetidas e colocadas uma série de questões às quais respondi. Quanto a denúncias, não denunciei nem o Dr. Miguel Barreto nem quem quer que seja; limitei-me a constatar dados factuais, a maior parte deles públicos, que me foram colocados. O tema que

aborda, já à data, era público, hoje é público, de há muito tempo, e, portanto, nada acrescentei no que toca ao que não era do conhecimento público.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O secretário de Estado Manuel Lancastre teve também negócios particulares com a PRIO e com o grupo Martifer.

Tem alguma memória de intervenções do secretário de Estado, durante o seu mandato — estamos a voltar a 2004 —, que configurassem conflito de interesses, nas decisões seguintes, à presença do Governo, com a compra de uma percentagem da PRIO e depois com a sua posterior venda ao próprio grupo Martifer?

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Não me recordo de qualquer intervenção, até porque eu não acompanhei essa área. Mas, quero deixar uma mensagem muito clara, para já, da enorme competência do Eng.º Manuel Lancastre e, depois, da seriedade do mesmo, que não ponho em causa, absolutamente, de forma alguma.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Costa, presumo que também queira fazer uma segunda ronda de perguntas.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, então, ao CDS, tendo a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

Pedia ainda ao Sr. Vice-Presidente Bruno Dias que me substituísse aqui, durante dois minutos, para não termos de interromper os trabalhos.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Bruno Dias.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Gostaria de cumprimentar o Sr. Tiago Andrade Sousa.

Julgo que foi apenas o Bloco de Esquerda que pediu a presença de V. Ex.^a, portanto, terei de andar um pouco à volta dos mesmos temas, mas queria fazer-lhe perguntas sobre o que sabe acerca daqueles processos em que esteve diretamente envolvido, como alguém que é conhecedor destas áreas.

Para nós, é sempre muito estranho perceber que parece haver no Governo sempre compartimentos estanques, com alguém que foi chefe de gabinete, trabalhou diretamente nestas áreas, e vem depois dizer «essa matéria não tratei», o que nos leva sempre a um sentimento de desilusão. Quando vi o seu currículo pensei «estamos perante mais alguém, mais um técnico, permanentemente ligado a corrente...», mas percebo que, afinal, era em baixa tensão, uma vez que, de metade das coisas diz que não se lembra.

Esta Comissão tem como objeto descobrir, ou não, veremos se temos sucesso, se há ou não rendas excessivas. E se há rosto, se há alguém a quem toda a gente recorre para descobrir se há ou não rendas excessivas, e quais são, é o do ex-Secretário de Estado Henrique Gomes, pessoa com quem V. Ex.^a trabalhou diretamente e quase — direi eu, como o trabalho era muito — , 24 horas.

A minha primeira pergunta é se concorda com essa visão do Eng.^o Henrique Gomes, de que há rendas excessivas, e se me consegue dizer, mais ou menos, em que áreas é que devemos procurar essas rendas excessivas.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr. Deputado Hélder Amaral, muito obrigado pela sua questão.

Queria só deixar uma nota prévia sobre o que disse: não utilizei, julgo que salvo erro uma vez, a expressão «não me recordo», o que é distinto de dizer que havia temas que, de facto, eu não acompanhava. Tal como o Sr.

Deputado, provavelmente, acompanha temas na área da economia, ou na área da agricultura, e, eventualmente, não acompanhará temas na área da saúde e noutras áreas.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Eu sou um desgraçado, tenho de ir a todas.

Risos.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Mas, certamente, com outros colegas seus, assim sucederá.

Portanto, não quero... Que fique claro que não estou a fugir nem quero fugir a qualquer questão que me seja colocada, mas, ou conheço ou não conheço! E, portanto, do conhecimento indireto que possa ter, julgo que VV. Ex.^{as} terão uma mais-valia se inquirirem diretamente a pessoa em causa.

Portanto, o Sr. Deputado fala-me do Eng.º Henrique Gomes. Julgo que o Sr. Henrique Gomes consta da lista de pessoas a serem ouvidas nesta Comissão, portanto nada como perguntar-lhe diretamente e, certamente, o Eng.º Henrique Gomes lhe dará a opinião e clarificará o que houver para clarificar.

Quanto ao tema das rendas excessivas, confesso que quando entrei para o gabinete, em 2011 — em meados de julho de 2011 —, o Eng.º Henrique Gomes já estava em exercício de funções e foi pela primeira vez que ouvi o termo «rendas excessivas».

Julgo, até, que o oiço na versão inglesa *excessive rents*, no âmbito do famoso MoU (Memorando de Entendimento sobre Condicionalidades de Política Económica da Comissão Europeia) com a troica. Portanto, parece-me que não foi nada inventado pelo Eng.º Henrique Gomes, era algo que já vinha.

Poder-lhe-á chamar outra coisa que não *excessive rents*, poderá chamar-lhe *excessive remuneration*, o que seja... Mas, se são excessivas ou não, é uma pergunta que o Sr. Deputado, e os Srs. Deputados, já tiveram ocasião de fazer, aqui, a uma série de especialistas e julgo que há opiniões para todos os gostos: há uns especialistas que defendem que não existem rendas excessivas e há outros que defendem que existem rendas excessivas.

Da experiência que tive — dou-lhe o exemplo do meu primeiro confronto com esse tipo de matéria quando lá cheguei —, o Eng.º Henrique Gomes e o Ministro Álvaro Santos Pereira estavam muito preocupados, facto decorrente de um relatório que tinha sido entregue há um ou dois dias, pela ERSE, com a tal famosa proposta de aumento tarifário de 14% ou 15% para 2012.

No âmbito dos trabalhos que foram levados, depois, a cabo — foi necessário fazer um levantamento sobre o porquê deste aumento exponencial das tarifas —, foram identificados uma série de custos, sem dúvida, e custos, segundo o Eng.º Henrique Gomes e o Ministro Álvaro Santos Pereira, que estariam a pesar no sistema e estariam a contribuir para a evolução da famosa dívida tarifária que já estava, na altura, na casa dos 3000 milhões, ou coisa que o valha. Portanto, haveria que responder com rapidez a isso.

Na altura, não houve um trabalho profundo sobre o tema das rendas e de quais seriam as rendas excessivas. Esse trabalho foi posterior, foi no âmbito do famoso relatório que tem por anexo o, também não menos famoso, relatório do instituto de Cambridge e de uma outra consultora, e de um parecer do Prof. João Confraria, que, depois, também para clarificar, foi um relatório consolidado pelo gabinete — ao contrário do que algumas pessoas têm vindo a dizer — e tem como anexo esses outros relatórios.

Ora, é nesse relatório, e nesses anexos, salvo erro, que são identificadas — julgo que Cambridge lhes chama assim — as «remunerações

adequadas», as remunerações que são mais ou menos adequadas, tanto para CAE como para CMEC.

Depois disso, como o Sr. Deputado também sabe, foram apresentados outros estudos — nomeadamente pelo Prof. João Duque, que já aqui foi ouvido —, que a EDP, na altura, nos disponibilizou e foi também apresentado um estudo de uma consultora, chamada NERA, que contesta esse relatório de Cambridge e o nosso relatório.

Portanto, no confronto entre um e outro poderá estar a virtude, ou não. Mas não sou especialista, não sou... Apesar da minha experiência na área da energia, não faço cálculos de remuneração de ativos e, portanto, não tenho essa experiência no sentido de identificar se é uma renda excessiva ou não. Julgo que há outros especialistas, esses sim, especialistas, que, certamente, o elucidarão a esse respeito.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Obrigado, ajudou-me imenso. Como vê, às vezes, também precisamos da sua opinião. Apesar de tudo, enquanto especialista, perceberá um pouco mais destas matérias do que qualquer um de nós, que temos, no fundo, de ser um pouco mais generalistas. E temos, de facto, essa dificuldade de, em Portugal, haver relatórios para tudo. Portanto, ficamos sempre como os tontos no meio da ponte... E não quero tirar conclusões pessoais, por isso também as minhas perguntas relativamente à opinião de quem é especialista.

Percebemos, então, que é a troica que tem a iniciativa de procurar rendas excessivas e não o Secretário de Estado Henrique Gomes. O que disse é uma informação importante e cá estaremos para indagar junto do Eng.º Henrique Gomes sobre todas as dúvidas que temos.

O Sr. Doutor disse até mais; disse que, como havia essa procura, ou pelo menos essa denúncia da troica, parece-me que, avisadamente, o Governo, ou o Eng.º Henrique Gomes pediram à Cambridge o tal estudo, que

citou agora, que é o que identifica que havia, de facto, uma remuneração nominal, antes de impostos, de 14,2%, valor superior de rentabilidade dos CAE que os contratos CMEC vieram substituir.

Lembro, e concordará comigo, que o racional era que os CMEC fossem iguais aos CAE, que fossem, praticamente, nulos...

O Sr. **Presidente**: — Neutros, é a expressão.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... e, por isso, a nossa dúvida é: se eram nulos, porque é que incorporam prémios de risco, se o risco era igual?

Mas não é sobre isto que o quero questionar. Quero antes perguntar-lhe se se lembra se esse relatório da Cambridge foi entregue antes ao ministro Álvaro Santos Pereira e, se sim, quanto tempo antes foi, que reuniões é que houve antes de esse mesmo relatório ter chegado às mãos da troica. Lembra-se desse procedimento?

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr. Deputado, só uma clarificação, o tema das rendas excessivas — se calhar expressei-me mal — aparece no memorando da troica, mas o Eng.º Henrique Gomes terá sido o primeiro utilizador desse termo, ou seja, é ele que, de facto, pelo menos identifica, de uma forma muito clara, um problema do sistema elétrico nacional.

Creio que isso, faça-se-lhe justiça, foi ele que, na altura, identificou, ou seja, que havia um problema e que tinha de ser resolvido.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — A iniciativa é dele e, por coincidência a troica também concordou.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — No memorando da troica, que já vinha de trás, aliás, foi assinado ainda antes da tomada de...

O Sr. **Presidente**: — Do anterior Governo.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — ... de posse do anterior Governo, já identificava as rendas excessivas, julgo eu, ou, pelo menos, se não lhe chamava rendas excessivas, chamava-lhe um termo muito aproximado. Já identificava, pelo menos, o problema.

No que toca à questão do relatório de Cambridge este foi apresentado em janeiro de 2012, julgo que consolidado no tal estudo-relatório do gabinete, e servia como um dos elementos de suporte às conclusões que vinham nesse relatório do gabinete.

Portanto, a adjudicação desse estudo terá sido feita algures em outubro, novembro, o que coincide, no fundo, com a aprovação do Orçamento do Estado e a suspensão da aplicação da contribuição haveria que responder a esta imposição da troica.

Na altura, o Eng.º Henrique Gomes entende, juntamente com o ministro Álvaro Santos Pereira, que havia que identificar, em resposta à troica, as tais remunerações setoriais.

Esse relatório julgo que se refere apenas a CAE e CMEC. Depois há um outro relatório que, esse sim, faz a avaliação da chamada PRE, acima de tudo da eólica. Relatório este que não é o de Cambridge, penso que é da A.T. Kearney.

Portanto, estamos a falar de novembro, dezembro — um mês e meio, dois meses — de elaboração desse relatório, de entrega ao Governo, ao Ministério da Economia, ao gabinete do secretário de Estado da Energia, havendo uma consolidação do mesmo e, depois, da entrega, em final de

janeiro, no âmbito daquele processo de que falámos há pouco, da questão da alteração a que o relatório foi sujeito. E foi isto.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Doutor, a minha pergunta tem que ver, obviamente, com notícias de que havia, legitimamente, da parte da EDP, uma preocupação com este relatório e que havia também — legitimamente, presumo eu —, da parte do gabinete, receio de que tivesse existido uma fuga de informação a respeito desse relatório. Tanto assim é que o próprio ex-secretário diz que, fruto de muitas pressões para a intervenção do gabinete do Ministro Álvaro Santos Pereira e de Carlos Moedas, Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, o documento entregue à troica acabou por ser alterado no seu conteúdo e conclusões e que havia pressões da EDP para saber que raio de relatório era esse.

A minha pergunta é a seguinte: que alterações foram feitas? Confirma que houve pressões? Teve conhecimento delas e por parte de quem?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr. Deputado, conhecimento das pressões da EDP não tive diretamente.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Ouvia falar?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Julgo que, na altura, havia notícias, havia uma grande mediatização do tema, portanto, é natural que, eventualmente, essas notícias chegassem rapidamente ao gabinete.

Mas nunca tive... julgo que também o Eng.º Henrique Gomes não terá tido nenhuma pressão direta, direi eu.

Nesse relatório ao que se assistiu, e conforme há pouco procurei relatar ao Sr. Deputado Jorge Costa, foi à elaboração, da nossa parte, desse relatório e, depois, uma interação decorrente de a ESAME e o gabinete do Sr. Ministro

não concordarem com a versão inicial deste relatório. E não concordavam porquê? Porque o relatório deixava de lado a terapêutica no que toca à questão dos CMEC e da PRE.

No decurso de uma série de reuniões entre os três gabinetes foi possível consolidar esse relatório que, depois, veio a ser entregue já com terapêuticas propostas, que eram as tais negociações que vieram, depois, a ser estabelecidas com a EDP e com as PRE.

Portanto, creio que foi mais ou menos isto.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Queria só perguntar se confirma ou não, se sabe, que foi entregue em novembro ou dezembro de 2011 à troica um documento com uma simulação utilizando o modelo de equilíbrio de sistema elétrico desenvolvido na Secretaria de Estado da Energia, com apoio de um consultor, e que o Eng.º Henrique Gomes e o próprio Ministério da Economia só tiveram conhecimento dele posteriormente.

Confirma ou não que foi chamado ao gabinete do Ministro das Finanças para reunir com a Sr.ª Secretária de Estado Maria Luís Albuquerque para discussão destes assuntos?

E, já agora, queria que me dissesse se se lembra dessa reunião, quais os documentos que estavam em cima da mesa e qual foi o tom dessa reunião.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr. Deputado,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Já agora, lembro que também estaria presente nessa reunião o Eng.º Carlos Moedas.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr. Deputado, em relação à questão do relatório de novembro ou dezembro recordo-me que ele estava a ser elaborado no sentido de ser entregue à troica.

É esse relatório que o Sr. Deputado refere?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Esse é o relatório de que falei há pouco. É o relatório que continha como anexo o estudo da A.T. Kearney, o estudo da Cambridge e uma nota do Prof. João Confraria e que veio, depois, a ser entregue em janeiro.

Se é esse o relatório, julgo que já falámos sobre o mesmo.

No que toca à reunião com a Secretária de Estado Maria Luís Albuquerque e o Eng.º Carlos Moedas, houve uma reunião no Ministério das Finanças, recordo-me até que foi a um sábado ou a um domingo, em que fomos chamados e eu acompanhei o Secretário de Estado juntamente com um assessor, com um membro do gabinete do Sr. Ministro Santos Pereira e fomos reunir às Finanças com a Secretária de Estado Maria Luís Albuquerque e o Eng.º Carlos Moedas.

A reunião realizou-se, julgo, só com a presença do gabinete do Secretário de Estado Carlos Moedas, porque, creio, a Secretária de Estado foi chamada para uma outra reunião, e ainda estávamos a discutir, creio eu, o tema da contribuição.

O Sr. Deputado referia-se a que data em concreto?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não tenho a data em concreto.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — A única reunião em que eu estive presente nas Finanças, exceto nas reuniões da troica, com o Secretário de Estado Carlos Moedas foi em setembro, julho, quando se estava a discutir o tema da contribuição – a CESE.

Basicamente, tratou-se de uma discussão política entre dois membros do Governo sobre a questão da viabilidade da contribuição e pouco mais.

O que resultou dessa discussão, depois, foi que o Eng.º Henrique Gomes teve uma reunião posterior com o Sr. Ministro das Finanças onde foi decidido o tema da contribuição.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Acabou por antecipar a minha pergunta seguinte: de facto, essa reunião teve consequências, uma segunda do Sr. Eng.º Henrique Gomes onde terá, obviamente... Não sei se foi nessa altura que puseram as garrafas de champanhe no frigorífico ou não, mas nessa reunião ficou, pelo menos, a ideia de que o sucesso da privatização estaria em primeiro lugar – aliás, na sua intervenção, em resposta a um Deputado, quase que disse isso, ou seja, a privatização acabaria sempre por se fazer, mas a dúvida aqui é, no fundo, perceber se houve, de algum forma, alguma contenção neste processo negocial para não prejudicar uma futura privatização, ou se essa questão nunca esteve em cima da mesa.

Bom, se quiser comentar esta sensação que perpassa pode fazê-lo.

Há bocado falou no tal relatório da ERSE, que tinha um aumento da tarifa à volta dos 12%, se não me falha a memória, e não é o primeiro, porque antes, no tempo do Eng.º Vasconcelos, houve um aumento da mesma ordem de grandeza, corrigindo um défice tarifário...

Mas a minha pergunta é se percebeu, na altura, e se nos pode explicar qual era o racional desse aumento, onde é que incidia exatamente, porquê a necessidade desse aumento, quase incomportável, como veio a confirmar-se, na eletricidade.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr. Deputado, julgo que esse relatório é público, se não for público a ERSE certamente disponibilizá-lo-á.

Creio que essa situação decorre de uma série de fatores, alguns que não são controláveis e têm a ver com o preço das *commodities*, outros que são mais controláveis têm a ver com os chamados CIEG, com o peso dos custos políticos...

O Sr. **Presidente**: — Das decisões políticas!

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Das decisões políticas, exatamente!

Portanto, não podendo controlar os que não são controláveis, haveria que tentar identificar quais os que, sendo controláveis, poderiam ser reduzidos, e foi o que se fez. No âmbito dos CIEG estamos a falar da cogeração, da PRE, e por aí fora... Ainda à data não se falava do tema da alocação das licenças de CO₂ e, de facto, foi possível...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Doutor, para pouparmos tempo, faço-lhe a pergunta ao contrário: quais foram os remédios, ou quais foram as soluções que o ministério encontrou para combater esse possível aumento?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr. Deputado, os remédios foram identificados. O remédio que, na altura, se identificou foi a contribuição.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — A minha pergunta tem a ver com saber se houve ou não oposição da EDP a esse remédio e, se sim, consegue especificar em que pormenores?

Não lhe vou perguntar se discutiram essas matérias, porque eu estive presente nessas discussões; o que quero é que me diga a sua opinião sobre

que remédios é que foram, se os achou razoáveis, ou se achou que se devia ter ido mais longe.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr. Deputado, julgo que na altura, entre julho e setembro, foi feito um trabalho com a EDP, com a intervenção do gabinete da Direção-Geral de Energia e da ERSE, que consistia em identificar o modelo, como há pouco referi, para o setor elétrico. Esse trabalho foi sendo desenvolvido durante dois meses e julgo que as variáveis decorrentes desse modelo foram consensualizadas entre as partes. Depois, as terapêuticas é que acabaram por não recolher o consenso. O Eng.º Henrique Gomes identificava, além da questão do CO₂, a questão da contribuição, e a EDP, porque tínhamos o horizonte 2020, na altura, defendia que 2020 não teria de ser um horizonte fixo, ou seja, que o sistema acabaria por se equilibrar passados dois, três ou quatro anos e, portanto, as medidas propostas poderiam ser mais flexibilizadas, por forma a que o horizonte temporal não fosse tão curto.

Assim, no âmbito dessa discussão e das discussões que foram tidas em paralelo com outras *stakeholders* houve da parte do Eng.º Henrique Gomes, da parte do gabinete, a sensação muito clara de que aquela solução não acolhia a validação das contrapartes – isso foi claro e, aliás, foi público.

Como disse, há pouco, essa contribuição acabou por vir a ser aprovada em 2014, pelo que a história ficou relativamente resolvida.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Para não parecer estranho, esta minha pergunta tinha a ver com uma perceção do clima entre o Eng.º Henrique Gomes, o Ministério das Finanças e a EDP, porque eu queria perguntar-lhe, uma vez que temos essa informação, se é verdade ou não que nesse processo e nesse decurso das negociações o Eng.º Henrique Gomes

apresentou em janeiro de 2012 a sua demissão que, depois, veio a retirar. Isto é verdade ou não?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Julgo que não foi em janeiro de 2012, mas em outubro, aquando da aprovação do Orçamento do Estado e do abandono do tema da contribuição – e eu não me recordo se ele terá ou não apresentado a demissão – que o Eng.º Henrique Gomes manifestou junto do Sr. Ministro alguma insatisfação, alguma frustração pelo trabalho feito e pela solução que ele preconizava não ter sido aprovada do ponto de vista político...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Em outubro de 2012.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sim, em outubro de 2012.

O Ministro Álvaro Santos Pereira tê-lo-á convencido a permanecer no Governo, porque encontrar-se-ia uma solução alternativa e o Eng.º Henrique Gomes continuou no Governo, mas não me recordo de ele ter apresentado um pedido demissão. Não me recordo de ele, formalmente, ter apresentado a demissão – nem no gabinete o fez; agora, que manifestou uma frustração, que manifestou tristeza pela solução que preconizava não ter sido levada por diante, disso não há dúvida, porque, aliás, fê-lo publicamente e, portanto, não estou aqui a acrescentar nada de novo.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Muito obrigado.

Não lhe vou perguntar, uma vez que se escusou a dar opinião sobre a extensão do domínio hídrico, que, para muitos, é algo que precisamos de perceber, de uma vez por todas, se é um direito adquirido da EDP, se é uma cláusula importante na negociação, porque já tivemos aqui quem estivesse do lado da REN e das negociações a dizer que essa cláusula era importante,

que estava quantificada, e caso não ficasse nos contratos teria de haver uma compensação – e eu estranho por que é que se pede compensação de um direito que já se tem, mas, se quiser ajudar-nos, para memória futura, gostaria de saber qual é o seu entendimento no quadro geral da negociação, na transição de CAE para CMEC, que é quase o elefante no meio da sala, sobre a extensão do domínio hídrico.

Mas, pelas notícias que tenho queria, perguntar-lhe algo sobre o que está mais familiarizado e parece que o incomoda mais, que é a concessão à EDP da licença de exploração da central térmica de Sines.

A informação que tenho é a de que terá feito uma denúncia dizendo que havia aqui alguma irregularidade, a verdade é que o Dr. Miguel Barreto invoca argumentos exatamente ao contrário. A central de Sines tinha uma licença de produção desde a sua entrada na exploração em 1985, portanto o argumento é praticamente o mesmo: não dei nada, não há direito nenhum, porque já estava na EDP esse mesmo direito, logo, a lei já o conformava.

O Decreto-Lei n.º 180/1995 também determinava a mesma coisa, daí que estejamos a falar de algo que decorreu normalmente. Gostava de perceber um pouco os seus argumentos e se é verdade que considera que houve algumas irregularidades nesta concessão.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr. Deputado, em relação ao tema de Sines, não o conheço tecnicamente. Terá feito referência também a uma crítica ou a uma denúncia que fiz.

Mais uma vez, aproveito o facto de estar aqui para contestar essa insinuação.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É a informação que tenho.

O Sr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Não fiz denúncia nenhuma, julgo que quem fez referência ao tema de Sines é o Eng.º Henrique Gomes, que conhece o tema. Eu não conheço o tema, portanto, não faço nenhuma referência a Sines.

A única coisa que lhe posso acrescentar sobre o tema, e que é do conhecimento público e que tem vindo a ser veiculado aqui, é que, de facto, Sines não tem um prazo temporal, em termos de licença, porque a EDP e alguns dos técnicos aqui ouvidos defendem que o enquadramento legal assim previa.

A outra central, que também é a carvão, a do Pego, com a qual estou mais familiarizado, é uma central que funciona. Essa central tem, como sabe, um CAE associado e tem uma licença prevista pelo prazo de, salvo erro, 35 anos e que termina com a sua caducidade.

Em relação a essa central, também a carvão, há um prazo temporal para a extinção dessa licença. Não havendo em Sines, haverá certamente uma explicação, haverá certamente um enquadramento legal que é distinto da do Pego.

É isso que lhe posso dizer, mas não conheço o tema. Certamente outras pessoas o conhecerão melhor do que eu.

O Sr. **Presidente**: — Vamos continuar com as perguntas.

Agora é a vez do Partido Comunista Português, pelo Sr. Deputado Bruno Dias, a quem dou a palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento o Sr. Dr. Tiago Andrade Sousa.

Antes de mais, estive a confirmar uma questão, só mesmo para corrigir, a bem da precisão, um lapso a que, inadvertidamente, o induzi na sua resposta. Em aparte perguntei-lhe sobre outubro de 2012 e o Sr. Doutor

disse que sim, mas, na verdade, estávamos todos a pensar em outubro de 2011, no Orçamento para 2012. Portanto, foi em outubro de 2011 que se deu esse episódio que o Sr. Doutor agora referia em relação ao Eng.º Henrique Gomes como Secretário de Estado.

Para que não haja, depois, dúvidas, inadvertidamente tínhamos sido nós a provocar esse mal-entendido, por isso fica já feito o esclarecimento de que o que deu origem a esse lapso foi aquele meu aparte.

Sobre as questões relacionadas com o Eng.º Henrique Gomes, já lá iremos.

Mas há um aspeto que gostava de esclarecer com um pouco mais de detalhe sobre uma matéria que já aqui referiu, relacionada com as suas funções como assessor no gabinete do então Secretário de Estado Manuel Lancastre, acompanhando as questões relacionadas com a reforma da Administração Pública. Foi isso que entendemos da sua explicação de há pouco referindo-se a 2004/2005.

Só mesmo para ficar confirmado e esclarecido, e porque a Administração Pública é muito grande, tem muitas áreas, gostava de lhe perguntar se, porventura, nesse âmbito teve alguma intervenção, de uma forma mais específica, com as questões relacionadas com a energia e que interações é que teria realizado no que diz respeito a essa matéria mais concreta ou se, pelo contrário, se tratava de uma abordagem generalista, genérica sobre a Administração Pública, em sentido mais macro.

Gostaria, então, que clarificasse essa intervenção que teve em 2004/2005.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr. Deputado Bruno Dias, de facto, ainda bem que clarificou aquela questão, porque, em outubro de 2012, já não estava o Eng.º Henrique Gomes, era o Dr. Artur Trindade.

Recuando a 2004 e 2005, já agora, aproveito só para fazer menção ao Despacho n.º 24816/2004, II série, de 3 de novembro, assinado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Económico, Manuel Correia de Barros de Lancastre, onde se lê: «Nomeio o licenciado Tiago Norton dos Reis Andrade Sousa para prestar colaboração no meu gabinete no âmbito do apoio jurídico ao processo de reforma da Administração Pública em curso».

Foi este o despacho da minha nomeação. Depois, como lhe disse, estive a fazer alguma assessoria à parte dos recursos geológicos, em complemento.

Para responder à sua pergunta: era de âmbito geral. Recordo-me que tutelávamos um instituto que era o IPQ (Instituto Português da Qualidade), o IPAC (Instituto Português de Acreditação, I.P.) e lembro-me de uma série de estudos que foram feitos na altura, de externalização, da privatização — bem sei que é uma palavra de que não gosta.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O problema nem é a palavra...

Risos.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Lembro-me que, na altura, foi feita uma série de relatórios e de estudos sobre o tema.

Portanto, era de âmbito geral, na altura era a Direção-Geral de Energia e Geologia.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ou passou a ser de geologia, também, acho que antes era só DGE.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Era Direção-Geral de Energia, depois passou a ser Direção-Geral de Geologia e Energia e hoje é Direção-Geral de Energia e Geologia.

Era esse o acompanhamento que fazia juntamente com outro assessor. Era um acompanhamento mais geral ao nível de todas as tutelas. Na altura também se tutelava, salvo erro, o IAPMEI. Lembro-me de ir a uma série de reuniões.

Mas, como lhe disse, foi um tempo muito curto, nem chegou a cinco meses, estamos a falar de quatro meses.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Na verdade, quatro meses dava para muita coisa, mas não era para aí que queria direccionar a questão. A minha questão tinha mais a ver com uma eventual interação que pudesse ter tido, porque outros, em quatro meses, interagiram e de que maneira!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas não era essa a questão.

Avançando agora para a outra fase em que foi chefe de gabinete do então Secretário de Estado Henrique Gomes, há um aspeto que gostaria de lhe perguntar e que tem a ver com a equipa de juristas, de advogados, que foi indicada pelo referido Secretário de Estado em 2012, portanto, já mesmo na fase final da sua governação, para negociar junto da EDP a redução das rendas excessivas.

Faço aqui um parêntesis para dizer que, de facto, estamos todos, julgo eu, elucidados de que a expressão «rendas excessivas» surgiu ou foi inaugurada pela troica, mas o problema já era apontado e designado de outra forma há muito tempo.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sim, sim.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Esta expressão ficou, desde então, «rendas excessivas». Nós chamamos lucros de monopólio, superlucros. Não nos parece que haja aqui rendas adequadas.

Fechando o parêntesis, em relação a esta equipa negocial que era, salvo erro, liderada pelo advogado Nuno Morais Sarmiento, tem ideia desse processo e do seu desencadear com vista à negociação a ser feita?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Estamos a falar de duas fases: uma fase inicial em que o Eng.º Henrique Gomes está já numa parte muito final, decorrente da tal medida 5.15 ou 5.16, e em que é apresentada à troica uma proposta de negociação tanto com a EDP como com os PRE.

O Eng.º Henrique Gomes identificou inicialmente uma equipa pequena, com um assessor do gabinete, um especialista consultor de fora, que julgo que já aqui esteve, o Prof....

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Paulo Pinho.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sim, Paulo Pinho, mas o gabinete do ministro recomendou a contratação de apoio jurídico especializado nesse âmbito.

A preocupação do Eng.º Henrique Gomes, na altura, tanto inicialmente como, aliás, durante todo o seu percurso como secretário de Estado, era a independência tanto da parte da consultoria, como da parte dos advogados. Na altura, a preocupação que manifestou junto do gabinete do ministro foi que o escritório de advogados não colaborasse em permanência com a EDP, uma vez que iríamos negociar com ela.

Foi esse o cuidado que teve e no desfecho dessa interação com o representante desse escritório de advogados clarificou-se que, de facto, pelo menos, à data, não prestava serviços para a EDP.

Mas foram contactos muito preliminares, porque, como sabe, depois, a negociação consolidou-se já com o Dr. Artur Trindade e esse escritório fez parte do grupo de negociação com a EDP do lado do gabinete do ministro e do secretário de Estado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, ajude-nos só a compreender, digamos, a sequência e o encadeamento das etapas dessa negociação.

Houve um processo de negociação iniciado com o Eng.º Henrique Gomes, em que estiveram este conjunto de pessoas e entidades, o escritório de advogados, este consultor técnico, outras pessoas dos gabinetes. Mas, há pouco, o Dr. Tiago Andrade Sousa dizia-nos que quando chegou, assim que tomou posse, o Secretário de Estado Artur Trindade disse «Vamos negociar com a EDP e com as empresas», no fundo, com a EDP.

O que está, na verdade, a traduzir essa informação é que houve uma decisão política de alargar o âmbito da negociação, de consolidar num único pacote, digamos, o processo negocial com a EDP? Em que medida é que foi substancialmente alterado o quadro negocial com a entrada em funções do Secretário de Estado Artur Trindade?

Presumo que me estou a fazer entender: em que medida é que houve essa alteração de substância no processo negocial com a mudança de Secretário de Estado?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr. Deputado, não houve qualquer tipo de alteração substancial, ou seja, o Dr. Artur Trindade deu seguimento a um processo que estava a dar, diria, o primeiro passo, porque o Eng.º Henrique Gomes demitiu-se muito pouco tempo depois.

Basicamente, herdou e validou a equipa jurídica que assessorou o gabinete, a do Dr. Morais Sarmiento, e a única alteração que houve, em termos de equipa negocial, passou pela contratação de um especialista de negociação que era um professor da Universidade Nova, da Faculdade de Economia, o Prof. Almeida Costa. Isto porque o Dr. Artur Trindade o conhecia e porque entendia que poderia ser uma mais-valia para aquela negociação.

Se me vai perguntar se o Prof. Paulo Pinho foi a única alteração... Quando o Eng.º Henrique Gomes abandonou, julgo que o Prof. Paulo Pinho tinha uma ligação próxima do Eng.º Henrique Gomes e, portanto, houve um abandono natural.

Portanto, em termos de negociação, de equipa de negociação, a alteração não foi substancial. A equipa foi a mesma, salvo esse especialista em negociação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Já agora, quando o Prof. Paulo Pinho esteve na Comissão disse que tinha concordado e acedido ao convite do Eng.º Henrique Gomes inicialmente para lhe dizer «vou deixar que siga com o meu nome para a frente só para ver que o nome não passa!».

Depois, lá mais para a frente, ele veio a dizer-lhe que «não lhe vou dizer quem acho que não o deixou passar, mas o senhor adivinhará!».

O Sr. Doutor adivinha?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — O Prof. Paulo Pinho fez-lhe essa questão. O Sr. Deputado adivinhou ou não?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não era para mim!

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Eu não adivinho!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — De facto, acabou de dizer que foi nessa transição governamental que caiu o nome...

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Mas a ideia que tinha é que, no fundo, foi essa transição. Sendo uma pessoa muito próxima do Eng.º Henrique Gomes, o próprio também tenderia a não prosseguir com a negociação numa equipa que ele não conhecia. Julgo que sim, mas não conheço quem é que o terá vetado, isso não sei, não adivinho.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Claro!

É caso para dizer que os ventos eram tão fortes que assim que saiu o para-vento lá foi... Não é?!

Sobre a questão da demissão do Eng.º Henrique Gomes, lembrava-me agora de uma ocasião em que, há coisa de cinco anos e meio, aqui na Assembleia, acompanhámos e debatemos uma série de declarações e entrevistas da comunicação social em que, quer o Eng.º Henrique Gomes quer o Ministro da Economia, na altura, se pronunciaram, a propósito do problema das ditas rendas excessivas. Era o Ministro da Economia, na altura, que falava na tal questão da comemoração com champanhe, e tal, da saída do Secretário de Estado.

Mas o ex-secretário de Estado, já ex-secretário de Estado, portanto já não estava em funções, o Henrique Gomes, confirmou que sabia que o relatório sobre as rendas excessivas, poucas horas depois de entregue no gabinete do Primeiro-Ministro, estava na mão de António Mexia, presidente da EDP.

Queria perguntar-lhe de que forma é que o Sr. Doutor, na altura, acompanhou esses acontecimentos, porque ainda se reporta, pelo que se percebe, à época do exercício de funções do senhor, enquanto chefe de

gabinete, ou naquela equipa. Gostava de lhe perguntar como é que acompanhou e o que é que soube destas situações.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr. Deputado, de facto, o relatório seguiu o seu percurso, que seria o seu percurso normal. Julgo que o relatório foi entregue de manhã e, depois, da parte da tarde, o Eng.º Henrique Gomes e o gabinete do ministro dá-nos conta de qualquer coisa como «o relatório está com a EDP, a EDP teve acesso ao relatório e tem vindo a telefonar para o gabinete do Sr. Ministro (...)»

Qual é a leitura que eu faço? Na altura, de facto, estranhámos... Era um relatório que era, no mínimo, confidencial e foi produzido no âmbito do Governo... Estranhámos...!

À data de hoje, a leitura que faço é, quer dizer... A EDP teve acesso a um direito ao contraditório um pouco mais cedo do que o que deveria ter tido. Acabaria por tê-lo, porque este relatório seria, depois, com certeza, discutido com a EDP noutro fórum.

Portanto, parece-me que foi... Algo que, na altura, estranhámos, foi que formalmente não deveria ter acontecido e aconteceu. Mas não faço disso um tema de maior, à data de hoje.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir, ainda no âmbito da primeira ronda. Tem a palavra, para uma última intervenção, a Sr.^a Deputada Fátima Ramos.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados, dou as boas-vindas ao Dr. Tiago Sousa.

Antes de mais, agradeço a sua presença, bem como os contributos que nos está a dar, no âmbito desta Comissão.

Recordo que a Comissão tem por objeto as rendas excessivas, no que diz respeito à produção de energia, e que, basicamente, o nosso grande interesse é perceber se elas existem, quando e como foram criadas, bem como se, ao longo do tempo poderiam ter sido tomadas determinadas decisões que, de alguma maneira, permitissem, no fundo, um corte dessas mesmas rendas excessivas.

Isto porque sabemos que, ao existirem essas rendas, significa que estamos a onerar os próprios consumidores, porque, no fundo, as vítimas são os portugueses que, por esse facto, pagam mais pela energia.

Já foi aqui também referido, de alguma maneira, o seu percurso profissional, mas gostaria de o recordar. Ou seja, integrou gabinetes de Secretaria de Estado da Energia entre os anos de 2004 e 2013, pela seguinte ordem: em 2004 foi assessor do Secretário de Estado da Energia, Dr. Manuel Lancastre, durante o Governo de Santana Lopes, portanto, num curto espaço de tempo; depois, em 2011, foi chefe de gabinete do Secretário de Estado da Energia, Eng.º Henrique Gomes; de 2011 a 2013 foi chefe de gabinete do Secretário de Estado da Energia, Eng.º Artur Trindade; e temos ainda nota que, entre 2005 e 2011 esteve na Martifer, onde se reencontrou profissionalmente com o Dr. Manuel Lancastre; e, desde 2013, exerce o mandato de administrador da REN Trading.

Em primeiro lugar, gostaria que me confirmasse se está correta esta descrição do seu percurso.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr.ª Deputada, faço apenas pequenas correções.

A Sr.ª Deputada diz que, entre 2004 e 2013 tive passagens por gabinetes.

A Sr.ª **Fátima Ramos** (PSD): — Entre 2004 e 2005.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Portanto, entre 2004 e 2005 e entre 2011 e 2013, portanto, não foi entre 2004 e 2013.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Sim, exato. Referi esses dois espaços.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sim, mas não estive os nove anos em gabinetes.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Não, não!

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Portanto, entre 2004 e 2005 estive, já aqui falámos, como assessor do secretário de Estado Manuel Lancastre; entre 2011 e 2012 estive como chefe de gabinete do Eng.º Henrique Gomes; entre 2012 e 2013 como chefe de gabinete do Dr. Artur Trindade. Está correto.

Estamos a falar de dois anos, nesta segunda fase, e de quatro meses numa primeira fase. Refere, salvo erro, que estou na REN Trading desde 2013. Não, estou desde 2015, ok?

E na Martifer estive entre 2006 e 2011.

O Sr. **Presidente**: — Falta entre 2013 e 2015.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Entre 2013 e 2015 estive no centro de investigação Nester, que resulta de uma parceria entre a REN e a State Grid Corporation of China.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Obrigada.

Sabendo que as funções de um chefe de gabinete incluem, normalmente, gestão de processos, dado as assessorias diversas que fez ao longo deste tempo, parece-nos que o Dr. Tiago Sousa estará, certamente, habilitado a avaliar o propósito e o modo de condução da política de temas que perduraram e atravessaram vários governos.

Parece-nos que o tema das rendas e energia terá sido, precisamente, um desses temas que atravessaram vários governos, pelo que, com este enquadramento e tendo em vista o contributo que nos poderá trazer quanto às diferentes formas de abordagem deste tema de cada um dos gabinetes que integrou, gostaria de lhe colocar algumas questões.

Enquanto assessor do secretário de Estado da Energia, Dr. Manuel Lancastre, sabemos que a sua área de atuação — e o senhor já aqui o frisou — se prendeu sobretudo com a geologia. Portanto, não foi propriamente com o tema da energia, embora depois exista o tal agradecimento, no final, que já aqui foi referido, mas sabemos que não foi. Todavia, o senhor participou, certamente, em diferentes reuniões e conversações, nas quais o tema da criação dos CMEC foi abordado. Ou seja, passado este tempo, com toda esta distância temporal, como é que descreveria a importância do tema da transição dos CAE para os CMEC na agenda e na organização do trabalho do gabinete?

Volto a frisar: sei que não trabalhou diretamente, mas tem trabalhado na área da energia e, por outro lado, ouviu certamente alguns telefonemas e convivia também com os seus colegas. Além disso, será, certamente, um tema do seu interesse, pelo que gostava de saber como é que, no fundo, descreve a importância do mesmo.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr.^a Deputada, faço só duas pequenas notas.

Em termos da passagem pelo gabinete do Secretário de Estado Manuel Lancastre e do louvor — que julgo que até foi o Sr. Deputado André Pinotes que citou —, do agradecimento final da área da energia, não tem nada que ver com a energia,...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Exatamente! Ficou esclarecido.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — ... tem que ver com a tutela e o acompanhamento de várias direções-gerais, entre as quais a direção de energia, para que fique claro.

No que toca aos temas CAE e CMEC, a importância dos mesmos e o acompanhamento feito pelos gabinetes — é esta a questão?

O acompanhamento dos gabinetes...

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — A questão é sobre a transição dos CAE para os CMEC e o impacto desta na agenda e na organização do trabalho do gabinete.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Em relação a 2004 e 2005, o acompanhamento era feito por um ou dois adjuntos do Ministro, como aqui já referi. Portanto, eu não o acompanhava, mas julgo que era a matéria, diria quase principal, daquele gabinete. Era a matéria *premium*.

No que respeita a 2011 e 2013 — embora também numa ótica de chefe de gabinete, com mais propriedade poderei falar —, o que se verificou foi já, no fundo, não queria utilizar a palavra corrigir, mas, no fundo, foi aplicar medidas que mitigavam, de alguma forma, o impacto tanto de uns como de outros, como das PRE, no setor.

Se estava na ordem do dia, em termos de gabinete? Sem dúvida.

Portanto CAE, CMEC, PRE eram, de facto, o tema, até porque também eram o tema principal, em termos de política energética, do Governo, e um dos temas da troica, do memorando da troica. Portanto estava na ordem do dia, sem dúvida. Ou seja, prevalecia sobre todos os outros temas menos urgentes.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Voltando ainda a esse período inicial, ainda no tempo do Santana Lopes, portanto 2004, embora não estando ligado ao assunto — e já aqui nos explicou que não estava ligado, a sua assessoria não era nessa matéria —, certamente que, andando por lá, digamos assim, teria alguma noção dos objetivos e das prioridades estratégicas da ação da Secretaria de Estado neste tema.

Por conseguinte, gostaria que nos dissesse, na sua perceção, o que era mais importante: era a defesa da EDP como empresa fundamental, especialmente tendo em consideração o processo de abertura do mercado energético a operadores espanhóis, no contexto do MIBEL (Mercado Ibérico da Eletricidade), ou era a defesa da tarifa mais baixa para os consumidores, com o possível enfraquecimento da EDP, ou era, antes, garantir, de facto, a neutralidade absoluta dos CMEC para os CAE?

Ou seja, não estando a trabalhar no assunto, tinha uma perceção sobre o que, de facto, estava por trás neste importante processo?

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr.^a Deputada, o conhecimento que tenho é um pouco indireto, mas julgo que o propósito principal, à data, era, no fundo, responder a uma imposição comunitária, responder à questão da liberalização do setor, cujo processo tenderia, certamente, a criar mais concorrência e, portanto, melhores preços e, logo, defesa dos consumidores. Creio que, teoricamente, era esse, à data, o projeto político nesta temática.

Mas não acompanhei e, portanto, tecnicamente, não lhe posso responder com propriedade...

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Como já aqui foi dito, em 2011, já com a troica em Portugal, o senhor voltou ao Governo, como chefe de gabinete do Secretário de Estado Eng.º Henrique Gomes.

Recordo também que o Eng.º Henrique Gomes, como já aqui foi dito, é assumido como uma pessoa determinada em acabar com os possíveis privilégios que existiam no setor eletroprodutor.

Há pouco, o senhor transmitiu-nos aqui, ou pelo menos ficámos com essa ideia, que as imposições para estes cortes tinham resultado, sobretudo, da troica. Gostava que nos dissesse quando surgiu essa perceção, com o facto de existirem rendas excessivas. Isto é, parece que ficou a sensação que tinha sido através da troica, mas gostava que o senhor precisasse melhor.

Ou seja, o senhor refere que já existia essa perceção, mas quando o senhor chegou ao Governo, já o Governo funcionava, portanto, gostava de precisar isso: foi a troica ou era, de facto, uma vontade do Governo, combater estas rendas excessivas?

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr.^a Deputada, julgo que o Programa de Governo já contemplava uma série de medidas nesta área, e que estavam em sintonia com o que decorria, também, do memorando.

Portanto, se me pergunta se fazia parte da política do Governo, inicialmente, o combate ou, pelo menos, a mitigação do peso de determinados setores no que toca à fatura da eletricidade, sem dúvida.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Muito obrigada, Sr. Doutor.

Há pouco parece que ficou aqui a perceção de que era apenas uma imposição da troica e que não existiria essa vontade por parte do Governo. Portanto, foi bom, ficámos mais esclarecidos com a sua intervenção.

Por outro lado, pergunto-lhe em que se baseava a conclusão de que as rendas eram excessivas.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — A conclusão de ...?

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — A conclusão de que as rendas eram excessivas.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — A conclusão de quem?

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Se existia, pelo lado da troica, uma conclusão de que as rendas eram excessivas, no sentido de terem de ser cortadas despesas neste âmbito, e se existia uma perceção, por parte do Governo, de que existia matéria para intervir e para fazer cortes, então, sou levada a concluir que, de facto, existia algo que estava a ser pago que poderia não ter sido pago.

Por conseguinte, pergunto-lhe em que se baseava a conclusão de que existiam rendas excessivas.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — A sua conclusão é verdadeira, ou seja, o que decorre tanto do Memorando de Entendimento, que já à data se sabia da existência dessas rendas excessivas, como do Programa de Governo e como, depois, em termos de consolidação das medidas que vieram a ser aprovadas como mitigadoras dessas rendas, todos os relatórios, nomeadamente o primeiro relatório que recebemos da ERSE, identificavam um peso excessivo de alguns setores na tarifa de eletricidade

Creio que esse é um relatório de julho de 2011, passado um mês depois das eleições, com uma pré-proposta tarifária, que, no fundo, identificava uma série de riscos que o Governo deveria ter em conta para a proposta tarifária a apresentar até, salvo erro, 15 de setembro.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Ou seja, havia estudos e relatórios que apontavam nesse sentido.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sim!

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Como avaliou a saída do Eng.^o Henrique Gomes do Governo?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr.^a Deputada, avaliei com pena, porque eu, apesar de não conhecer antes o Eng.^o Henrique Gomes, devo dizer-lhe que passados oito ou nove meses de trabalho – digo com toda a sinceridade – fiquei com um amigo.

Portanto, o Eng.^o Henrique Gomes criou laços de solidariedade e de amizade entre os membros do gabinete muito fortes e que perduram até hoje, portanto, vi com pena a sua partida, porque me parecia um homem sério, competente e que traçou uma linha que, julgo, estava, na altura, em sintonia com o que se pretendia.

Mas mais não pude fazer do que ter essa tristeza e essa pena. Tive muito orgulho em trabalhar com o Eng.^o Henrique Gomes durante aqueles meses, como mais tarde vim a ter muito orgulho em trabalhar com o Dr. Artur Trindade que acabou por suceder, e bem, ao Eng.^o Henrique Gomes.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Há pouco já aqui foram referidas as tais garrafas de champanhe que, supostamente, terão sido abertas na EDP

com a sua saída, mas o senhor, logo na primeira intervenção, disse que o processo que se seguiu pelo Sr. Secretário de Estado Artur Trindade não deu razões para se abrirem as tais garrafas de champanhe.

Pergunto-lhe, na sua opinião, se durante o mandato do Dr. Artur Trindade houve uma menor determinação para cortar privilégios ao setor eletroprodutor ou se, pelo contrário, a política de cortes continuou.

Deduzo que continuou mas, de qualquer maneira, gostava de ter aqui a sua opinião.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr.^a Deputada, creio que é público e fatural que esse trabalho continuou e que acabou por vir a dar frutos, e até diria: e que frutos!

Os cortes, pelo menos, até 2013 – e eu, depois, como sabe, saí em julho de 2013 e em 2014 é que foi criada a CESE e eu já não acompanhei esses processos –, ou melhor, entre março/abril de 2012 e maio de 2013 foi contabilizado, na altura, uma redução de custos na ordem dos 2000 milhões entre... E custos transversais, ou seja, estamos a falar de cogeração, de CMEC, de pequenas centrais hídricas, estamos a falar de um rol transversal que foi, de facto, claro e foi evidenciado que o Governo e o Secretário de Estado não esmoreceram, pelo contrário, reiteraram essa política de redução de custos.

Dei-lhe o valor de 2000 milhões, mas não sei se ou 4000 milhões ou os 5000 milhões são em 2014, mas julgo que os números andaram por aí, mas os Srs. Deputados terão as apresentações que, na altura, foram feitas, mas julgo que foi 2000 ou 3000 milhões... Embora seja uma ordem de grandeza muito grande julgo que são estes os valores.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Já agora, gostava que nos explicasse quais foram as principais diferenças entre as abordagens seguidas por cada

um dos secretários de Estado e se podemos dizer que um foi mais eficaz do que outro ou não, ou se foram, de facto – e é essa a perceção com que estou a ficar –, os dois eficazes, atendendo às circunstâncias e ao tempo em que cada um deles esteve em funções.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr.^a Deputada, creio que ambos foram, eu diria, eficazes ou muito importantes.

Numa primeira análise, do ponto de vista do Eng.^o Henrique Gomes, creio que o trabalho que foi feito, em termos de diagnóstico e de chamada de atenção para um problema que, de facto, estava em cima da mesa, foi muito importante, tendo-se identificado um instrumento que, à data, não foi possível levar por diante.

Feito o diagnóstico, julgo que o Dr. Artur Trindade aplicou, de uma forma tremendamente eficaz, um conjunto de medidas reconhecidas por todos como importantes. Aliás, recordo que, pela primeira, foram feitos cortes, até à data nunca tinham sido feitos... Hoje, discute-se se foram poucos, se foram muitos mas nunca, até à data, tinham sido feitos quaisquer cortes e acho que isso foi importante e muito eficaz.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Já agora, o que é a REN Trading, o que faz e qual a razão da sua existência?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr.^a Deputada, a REN Trading é uma sociedade que integra o Grupo REN, é uma sociedade que nasce em 2007/2008 e adere aos dois CAE, ao CAE gerido pela Tejo Energia da Central do Pego e ao CAE da Tapada do Outeiro da Turbogás — portanto, faz a gestão —, é uma sociedade que nasceu como imposição de um processo, o chamado *unbundling* do setor, ou seja, os CAE, a dado momento, tiveram de ter como contraparte uma entidade que não tivesse intervenção

no setor da produção, no setor do transporte e no setor da comercialização, daí o nascimento da REN Trading, é uma entidade totalmente regulada, é uma entidade neutral do ponto de vista financeiro, do ponto de vista do setor, ou seja, funciona em regime de *pass through* de custos e que é uma entidade que cessará a atividade com a cessação dos dois CAE.

Eu, juntamente com um colega, acompanhamos a atividade da empresa, a empresa no âmbito de um processo de certificação da REN elétrica e da REN gasodutos teve de ser, por imposição regulatória, separada do grupo e portanto funcionamos hoje em instalações físicas distintas, temos sistemas de informação distintos, temos *back office* distintos...

Portanto houve todo um processo deste 2015 de consolidação deste tema e acompanhamos no fundo o dia-a-dia das duas centrais. Qual é a nossa função? É vender a eletricidade no mercado ibérico diariamente, da produção dessas duas centrais e fazê-lo da forma mais eficiente possível por forma a contribuir para a redução do hiato entre o que é a remuneração dos dois CAE e as nossas vendas em mercado ibérico. Tratamos depois de uma série de outras coisas, custos variáveis das centrais, acompanhamos a compra das licenças de CO₂ em mercado, acompanhamos a aquisição do carvão no caso da Central do Pego.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Já há pouco aqui foram referidos os cortes, os tais cerca de 4000 milhões de euros. O atual Governo ao longo destes três anos tem-se gabado bastante da sua capacidade para fazer cortes aos abusos da EDP, mas a verdade é que ficamos com a perceção de que não conseguiu efetuar nenhum corte nas tarifas superiores aos 500 milhões de euros, ou seja 10 vezes menos que o Governo anterior.

Por outro lado, estes cortes que estão a ser feitos estão a ser bastante contestados por parte da empresa, havendo mesmo quem tema que os processos em tribunal possam ser perdidos.

Portanto, gostava de perguntar aqui, basicamente, o seguinte: se o Governo anterior fez cortes de elevado montante, 4000 milhões, por que é que o Governo atual não consegue fazer cortes? Porquê? É porque o Governo anterior cortou tudo o que era possível cortar, ou porque agora não há capacidade para cortar mais? Isto é, vamos supor: um campo relvado em que já cortámos a relva toda, temos uma máquina nova, mas já não há relva para cortar. É isso que se passa? Há relva para cortar, ou não há relva para cortar? É possível fazer mais cortes ou não? Ou o Governo não tem capacidade para o fazer?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade de Sousa**: — Sr.^a Deputada, essa é uma pergunta que, julgo, tem de fazer ao Governo. Não falo aqui em nome do Governo, não represento a política energética do Governo.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Mas tem a perceção de que cortaram e se era possível cortar mais ou não?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar à segunda ronda e teremos tempo para voltar a colocar as questões.

Nesta segunda ronda cada grupo parlamentar dispõe de 5 minutos e o Sr. Doutor responderá no fim a todas as questões.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Pinotes.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, antes de mais uma nota prévia: tenho um compromisso às 13 horas, pelo que poderei não ouvir as respostas, mas o Grupo Parlamentar do PS ouvirá.

Sr. Doutor, vai perdoar-me, mas fez aqui uma afirmação que tenho de contestar para não dizer lamentar: quando disse que, no fundo, o acesso que a EDP teve ao relatório de trabalho do Governo, olhando em retrospectiva,

parece-lhe hoje – e eufemizou –, natural, porque teriam... Eu não sou muito forte em metáforas – aliás, o PSD é que tem sido forte nessas metáforas da relva, dos Salazares e essas coisas...

Mas não sendo eu muito forte em metáforas, queria perguntar-lhe o seguinte: aquilo que vai acontecendo aqui, à maioria dos técnicos que têm sido ouvidos, é que com o passar do tempo esses técnicos vão tendo uma análise mais crítica e, sabe-se lá porquê, vão descobrindo um conjunto de coisas de que, na altura, não se aperceberam.

Mas, hoje, eu não consigo conceber como é que acha normal que a EDP tenha tido acesso... Ou melhor, para ser mais correto, porque não disse que acha normal, achava que não tinha gravidade, porque, no fundo, eles teriam acesso ao relatório na mesma.

Terá depois oportunidade de contestar, mas imagine, por exemplo, que o Sr. Doutor é acusado de alguma coisa e sabe da acusação antes de ser acusado – perdoe-me a metáfora. Isso é grave! E é grave sabe porquê? É grave por aquilo que representa.

Com certeza que a EDP teria acesso a esse relatório, como é evidente, mas, sobre o facto de ter acesso antes, tenho de perguntar-lhe se isso não manifesta que a EDP tinha, não vou dizer informadores, não quero usar nenhum termo que seja demasiado acintoso, mas, alguma coisa, metaforicamente dizendo, a EDP tinha para saber dos relatórios antes de ser a altura... Perdoe-me, mas isso é grave e gostava de ouvir a sua opinião. E, se de alguma forma não o citei bem ou não disse bem, corrija-me porque é importante que me corrija, prefiro que me corrija e quero acreditar que me vai corrigir.

Relativamente a esta matéria, também Henrique Gomes, uma personalidade que tem vindo a ganhar reconhecimento na nossa sociedade civil por ter sido determinante ou ter tentado ser determinante no combate a estas rendas ditas excessivas, o que talvez tenha determinado — perdoe-me

a cacofonia — a sua saída precoce numa altura em que tanto se esperava dele.

Fez declarações em que disse que o Estado tem de impor o interesse público ao excessivo poder da EDP e junto-lhe outra declaração, também para pedir o seu comentário, do Dr. Manuel Champallimaud que diz que a EDP se soube defender politicamente e que o pai do Sr. Secretário de Estado que manda nesta coisa é o melhor diretor recente na EDP. Pergunto-lhe como interpreta estas palavras, se isto era uma tentativa de suavizar a relação do Governo com a EDP ou se isto são apenas palavras abusivas, quer de Henrique Gomes, quer de Manuel Champallimaud — e aqui garanto-lhe que estou a citar — de forma bastante precisa.

Muito se falou também aqui de supostos cortes que foram levados a cabo pelo Governo no qual trabalho e que descreveu como — e aqui não vou falhar certamente — eficazes e muito importantes. É uma apreciação que lhe é devida, o Grupo Parlamentar do PS não acompanha essa apreciação, mas pergunto-lhe se não acha relevante, para além dos cortes que aconteceram — e aconteceram, isso é factual — mas se não acha importante, também, as contrapartidas que a EDP solicitou para esses cortes, nomeadamente em termos de atribuições de garantia de potência, de disponibilidades da rede, das produções, os incentivos a novas barragens e o reforço das potências e mesmo nas próprias taxas de juro.

O que pergunto é se nessa negociação em que, de facto, os cortes existiram — e quem disser o contrário não está a ser honesto — mas em que também houve um conjunto de contrapartidas e é importante compreender, mais do que as medidas que se tomaram, que balanço é que isso teve. Se eu lhe emprestar 10 € e você me devolver 5 €, posso sempre dizer que lhe emprestei os 10 €, mas o negócio foi ruinoso na mesma. O que lhe perguntava era se podia fazer uma avaliação e, neste caso, ao contrário do outro período, conhece porque acompanhou de perto esta matéria, se do

ponto de vista do contribuinte ou do ponto de vista do cliente, do ponto de vista do Estado — vamos pôr assim no sentido mais lato — se essa renegociação foi, de facto, assim tão eficaz e importante, não escamoteando que, de facto, os cortes existiram. O que quero é ouvir falar das contrapartidas.

Quero fazer uma outra pergunta e aqui não me dirijo a si em particular, mas nesta matéria vou pedir-lhe que faça um comentário porque nesta Comissão tem sido recorrente sermos confrontados com um conjunto de interesses, um conjunto de interesses num universo que é muito pequeno para algumas coisas e muito grande para outras. O que quero dizer com isto é como avalia, por exemplo, que na égide desses governos e de outros, uma empresa — no caso da vossa, a Boston Consulting Group, por exemplo —, conseguia colocar um conjunto de pessoas em lugares-chave, nomeadamente o Dr. Ricardo Ferreira, o Dr. Conceição, o antigo diretor, que foi bastante jovem para diretor da energia.

Finalizando, ainda queria fazer-lhe perguntas sobre portas giratórias, energia, *lobby*, pressão e interesse pública. Comente, por favor, e não me diga que sobre esta parte aqui já não o pode fazer. Enquanto nas outras eu aceito que me diga que não participou, nesta, pelo menos estando no meio, com certeza que teve de lidar com isto, até porque o Secretário de Estado que o convidou e que tanto admira foi justamente varrido por estes *lobbies*, é a afirmação pela qual me responsabilizo. Gostava de ouvir a sua opinião. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Como presumo que o Sr. Deputado Jorge Costa vai também intervir na segunda ronda, dou-lhe a palavra.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A minha primeira pergunta é sobre a negociação para a revisão da taxa de remuneração da parte fixa dos CMEC.

Disse-nos aqui que a negociação foi feita com a EDP entre março e maio de 2012 e daí resultou o acordo que foi firmado pela parte da EDP e pela parte do Governo em final de abril/início de maio de 2012. É aquele acordo de que falámos no início, estamos sintonizados.

Queria saber como explica o facto de o Governo já ter concordado com a EDP acerca do montante que seria abatido aos CMEC nesta revisão, 120 milhões de euros, ou seja, a redução para a taxa de 4,7% e só depois decidir iniciar a preparação de um relatório sobre os CMEC, do qual ficou incumbido o Sr. Doutor enquanto chefe de gabinete pela sua coordenação, que é o relatório que se vem a chamar *report on the CMEC scheme* em relação ao cumprimento da medida 5.6 do Memorando de Entendimento.

Quando o Governo inicia o inventário das questões levantadas pelo regime dos CMEC já tem fechada a negociação com a EDP sobre a revisão da taxa de remuneração. Se foi assim, peço que confirme; se percebi mal, peço que me corrija.

A segunda pergunta é qual foi o destino deste relatório que produziu e que ficou concluído em novembro de 2012? Ou seja, ele foi enviado à Comissão Europeia, aparentemente: que reação houve da parte da Comissão Europeia, que orientação recebeu o Governo sobre ele? Que discussão houve dentro do próprio Governo a respeito das constatações que o relatório faz, porque é um relatório puramente informativo e sem recomendações de política? Constata a situação em relação à extensão da concessão do domínio hídrico, etc., etc., mas não faz recomendações de política. Portanto, o relatório circula no Governo, não é publicado, será enviado à Comissão Europeia, já me dirá; quais foram as consequências da produção desse relatório, sabendo-se, em relação à redução da taxa de remuneração dos CMEC, que ela já estava discutida, já estava feita.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Doutor vai fazer uma pergunta para esclarecer a questão.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr. Deputado, qual é a data desse relatório?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O relatório é o que...?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — ... emana do grupo de trabalho.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Isso! E é datado de 25 de novembro.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — De 25 de novembro de que ano?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — De 2012.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Faça o favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A primeira pergunta é sobre a cronologia das decisões sobre os CMEC face à produção do relatório; a segunda pergunta é que destino teve o relatório, quem teve conhecimento dele, para quem é que foi enviado e que reações recebeu na Secretaria de Estado da Energia e no Ministério da Economia pela informação que ele continha.

Segunda gama de perguntas: queria que descrevesse com precisão como foi feita a negociação do acordo realizado em agosto de 2012 com a APREN sobre a extensão das tarifas garantidas à eólica por mais sete anos

em troca de uma contribuição dada pelos produtores que orça no valor de 25 milhões por ano. Como já disse, no documento que lhe dei há pouco havia uma conta completamente diferente desta, que já vinha sinalizada como tendo o acordo de 65% dos produtores. Como é que essa negociação decorreu? É porque nós na Comissão de Inquérito recebemos a proposta que a APREN fez ao Governo e a proposta é *ipsis verbis* aquilo que depois veio a ficar no Decreto-Lei n.º 35/2013. Ou seja, a proposta da APREN foi aceite integralmente na sua forma original e não sofreu qualquer alteração pela parte do Governo antes de ser vertida em decreto-lei.

Queria saber se no acordo, para além da extensão das *feed-in*, tem também a questão do sobreequipamento e dos 60 € por MWh para o sobreequipamento. Gostava de saber em que cálculos é que o Governo se baseou para a fixação do valor de 60 € MWh no sobreequipamento como tarifa garantida.

Finalmente, uma outra questão, relativa à reposição do regime de verificação de disponibilidade. Essa é uma decisão do Governo tomada em 2014, o que é que a motiva? Ou seja, durante uma série de anos, desde 2007 a 2014 não foi feita a verificação da disponibilidade das centrais hídricas, o que veio a ser contabilizado recentemente em 285 milhões de euros de remuneração excessiva que a EDP está convidada a devolver aos consumidores. Pergunto que *click* é que aconteceu no Governo em 2014 para terem dado pela falta do mecanismo de verificação de disponibilidade e terem-no repostos.

O Sr. **Presidente**: — Dou nota aos grupos parlamentares de que até agora tenho apenas uma inscrição do Sr. Deputado Rui Cruz, do PSD, para os 2 minutos. O que sugiro é que se não houver mais nenhum, acrescentar-se-ia nesta segunda ronda para facilitar o andamento.

Sr. Deputado Bruno Dias, pergunto se concorda com a proposta do Sr. Deputado Hélder Amaral e o PCP pode arrancar antes do CDS?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É uma colaboração!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Dê-me só uns segundos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — É que de segundos em segundos, passo à segunda ronda. Peço um esforço aos Srs. Deputados.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, eu teria todo o gosto, mas pelo menos que me tivessem avisado um bocadinho antes. Dê-me só 1 segundo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto se o Deputado Hélder Amaral está pronto para a terceira ronda, para os 2 minutos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, se me permite, antes de começar, não me oponho a que nesse caso eu possa avançar já com as minhas perguntas. Estava apenas aqui a querer confirmar uma informação de um documento, mas da nossa parte não há objeções a que as perguntas de 2 minutos ou a pergunta do CDS de 5 minutos possa ser feita já de seguida, até calha bem porque vou falar do PSD e do CDS, portanto, eles irão, certamente, responder àquilo que eu tenho para dizer.

Portanto, Sr. Presidente, quando quiser, estamos às ordens.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, tem a palavra por 5 minutos, então.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Há pouco o Sr. Dr. Tiago Andrade e Sousa referiu aquilo que designou por «os frutos das negociações e das interações entre o governo» do qual foi chefe de gabinete e há pouco falava «e que frutos!», dizia o Sr. Doutor referindo-se, se bem entendi, aos 2000 milhões de euros que foram apresentados pelo governo na altura como a redução ou os cortes nas rendas ditas excessivas.

Nós não temos tempo de entrar em grande detalhe porque os minutos vão passando e depois isso leva a que eu não tenha possibilidade de demonstrar aquilo que nós temos verificado ultimamente: na verdade, os 2000 milhões não são mesmo 2000 milhões, não chega a tanto, e o Eng.º Henrique Gomes quando estava como secretário de Estado, no final da sua época de governação, publicamente referia não os 2000 milhões, mas 3000 milhões. Aliás, 3000 milhões entre 2012 e 2020 para um total de 4000 milhões era aquilo que o Eng.º Henrique Gomes na altura referia. Portanto, a primeira pergunta que gostaria de lhe deixar era se os frutos daquele processo que foi iniciado nas negociações desencadeadas pelo então secretário de Estado Henrique Gomes ficaram aquém daquilo que era o próprio objetivo apontado pelo Secretário de Estado, em cujo gabinete se encontrava como chefe de gabinete, porque há aquela expressão que não sei se ainda se pode usar de que «a montanha pariu um rato»,...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Pode, pode! Estamos a falar do PAN, não é?! Por nós não passa!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... mas, na verdade, há aqui uma expectativa que é criada, na altura, com aquilo que é apontado pelo Eng.º Henrique Gomes e que mais tarde, já depois da sua demissão, se verifica que está profundamente aquém do que é apontado.

Por outro lado, há aqui um aspeto que é a própria perplexidade que suscitou, digamos, a demissão do secretário de Estado Henrique Gomes, que foi ficando cada vez mais clara a situação de um poder profundamente desigual dos económicos e da EDP em particular face àquilo que são as competências e o poder da autoridade do Estado. Isto em todos os níveis quer com a dedução das decisões fundamentais sobre a própria presença de governantes nas suas funções, ou da sua demissão, quer, até, de episódios como aquele que, há pouco, referíamos do relatório que no mesmo dia em que apareceu e teve o seu caminho no Governo, poucas horas depois, aparecia na EDP.

A segunda ou terceira pergunta que lhe coloco tem a ver com esta já não assimetria de informação, mas com esta assimetria de poder entre o Estado e os grupos económicos. Aqui d'el rei se alguma vez um governante, o Estado tivesse acesso a documentação estratégica e a processos estratégicos dos grupos económicos antes de eles decidirem que estava na hora de os divulgar!

É sempre para o mesmo lado que as coisas se antecipam e aqueles que têm acesso à informação fora do tempo, de uma forma privilegiada, são sempre os mesmos. Portanto, pergunto se, além da surpresa que, na altura, todos manifestaram no gabinete, segundo nos disse, lhe parece que o próprio processo que, depois, acaba por dar origem à demissão do Secretário de Estado do qual era chefe de gabinete, não tem aqui uma tensão elétrica sempre presente e um poder e uma influência do poder económico sobre o poder político.

Na altura, o PCP propôs que o ex-Secretário de Estado Henrique Gomes e o então Ministro Álvaro Santos Pereira viessem à Assembleia da República. Estávamos em maio de 2013, depois da demissão, e, na altura, esta proposta do PCP foi chumbada e estes senhores não vieram discutir este assunto da demissão e dos problemas que estavam em torno disto, porque o PSD e o CDS votaram contra, sendo que o PSD qualificou isto como questões colaterais e falaciosas e o Deputado do CDS disse, na altura, disse: quero lá saber a que horas chegou o relatório à EDP...!

Estávamos em 2013...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de terminar. Seis minutos!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Hoje, esperamos que a abordagem seja outra — já deve ser!

Mas estas situações de Secretários de Estado da Energia que são substituídos e é preciso também dizer, para terminar, Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado não está a fazer uma pergunta, está a tecer considerações há mais de 1 minuto. Agradecia que «chutasse à baliza»! Todos agradecemos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, dê-me só um desconto, a seguir aos 90 minutos, porque o jogo também começou mais cedo do que eu estava à espera.

Não podemos deixar de fazer uma observação sobre a substituição do Secretário de Estado da Energia, o que ainda hoje no atual Governo levanta perplexidades, interrogações e preocupações. No atual Governo esta matéria volta a estar presente e não pode deixar de ser estabelecida uma memória e

um paralelo. Gostava de perguntar ao Sr. Doutor se encontra, também paralelo nesse tipo de situações.

O Sr. **Presidente**: — Agora tenho uma dúvida: não percebi se o CDS prescindiu da segunda ronda para fazer os dois minutos da ronda final — que foi a ideia com que fiquei —, ou se pretende mesmo utilizar os cinco minutos desta ronda.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, um rápido esclarecimento: uma vez que havia dificuldades e não queria abusar da boa-vontade do Partido Comunista Português estava a limitar-me à terceira ronda.

O Partido Comunista acabou por fazer...

O Sr. **Presidente**: — Acabou por fazer a segunda e a terceira!

Risos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Estou em condições de fazer a minha segunda ronda, sendo certo que presumo que não vou gastar os cinco minutos.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Assim sendo, passo-lhe a palavra.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero começar por pedir desculpa ao Sr. Dr. Tiago Andrade Sousa.

Como dizia no início, temos de tocar vários instrumentos e foi o que tive de ir fazer, o que me limitou a audição completa das perguntas e

respostas. Mas já me estive a informar e não fugiu muito daquilo que era a nossa ideia e do que podemos considerar como útil da sua presença aqui.

Quero dizer-lhe que, apesar de tudo, todos temos ainda muitas incertezas sobre onde é que se localizam as rendas excessivas. Mas, V. Ex.^a foi chefe de gabinete e colaborou com um Governo que, efetivamente, cortou rendas excessivas. Por isso é que lhe perguntava, há bocado, quais foram as receitas do aumento. Era uma pergunta tautológica.

Discutimos no Parlamento as várias portarias, criámos a CESE (contribuição extraordinária sobre o setor energético), criámos várias portarias para a cogeração, para as *feed-in tariffs*, etc.

Podemos considerar que foi pouco, podemos considerar que poderíamos ter ido mais além, mas a verdade é que o único Governo que cortou, sem fazer grande cavalo de batalha do que seriam as rendas excessivas, ou seja, que tentou equilibrar os benefícios que, à data, se verificavam não justificados. Cortou e não foi um *wishful thinking*: houve instrumentos legislativos, houve legislação feita. Ainda pedimos meças para aqueles que, porventura, consideravam que havia rendas excessivas, mas não conseguiam identificar, nem ter iniciativa para o dito corte.

Isto foi feito, com a exceção da CESE, praticamente com o consenso do setor eletroprodutor e pedia-lhe, portanto, um comentário.

Mas há uma matéria que também temos avaliado aqui e que tem a ver com aquilo que temos considerado, até prova em contrário, o profissionalismo, a boa-fé, o sentido de Estado e a defesa do interesse público da parte dos governantes, mas em que começa a ser evidente que, em muitas matérias, o interesse público foi posto em segundo lugar.

Por isso, gostava de não fugir muito às perguntas que lhe têm sido feitas. Temos um conjunto de personalidades para ouvir, já ouvimos outras como o Ministro Carlos Tavares, João Conceição, o Eng.º Franquelim Alves, Ricardo Ferreira.

Não estando em causa a capacidade e a mais-valia técnica, até porque é uma área muito específica em que, porventura, não há muito *know-how*, a pergunta que gostava de fazer era se, na sua opinião, esses consultores, esses membros de gabinetes, essas empresas têm capacidade para aprovar legislação ou mesmo regulamentos, ou se a tiveram em algum momento, ou se se limitavam a dar apoio técnico.

Isso limita esta dúvida de que estão de um lado a fazer legislação e do outro a beneficiar da mesma. É preciso separar, claramente, quem é o decisor político, quem toma as decisões e quem são os que se limitam a prestar apoio técnico, tendo apenas e só isso como função.

Queria também perguntar-lhe qual é o papel, se conhece, se sabe, que teve na arquitetura dos CMEC, o escritório de advogados de Pedro Rebelo de Sousa. Qual é o papel que teve esse escritório de advogados na arquitetura dos CMEC?

Por último, e a essa pergunta responderá se quiser, porque o que lhe peço é uma opinião: está convencido, tendo em conta o conhecimento que tem da matéria, que a EDP teve vantagens económicas com as decisões do antigo ministro Manuel Pinho? As notícias são por demais evidentes, já todos conhecemos os argumentos, ouviremos o Dr. Manuel Pinho, mas gostava de ouvir a sua opinião sobre a matéria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Fátima Ramos, para esta segunda ronda de perguntas.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, volto a referir a minha última questão, porque, para mim, continua sem se perceber como é que foi possível o Governo anterior cortar os 4000 milhões de custos excessivos e, neste momento, não estarem a ser feitos cortes nenhuns. É uma situação que continua, para mim, sem ter a devida resposta. Não sei, volto a

dizer, se foi porque se cortou tudo o que era possível, ou se agora há falta de capacidade para cortar. Gostava de que o senhor me explicasse se, de facto, é possível cortar mais.

Em segundo lugar, já, por várias vezes, foi aqui referido que o aumento significativo da capacidade de produção da energia eólica em regime de *feed-in tariff* num mercado dominado por centrais abrangidas por CAE e CMEC foi o verdadeiro problema do setor. Já aqui disseram mesmo que foi um *cocktail* explosivo, um verdadeiro monstro elétrico. Isto por várias razões: pelo aumento grande de capacidade, pelo facto de a tecnologia também ainda ser pouco conhecida. Aliás, houve quem dissesse que houve mesmo um excesso de voluntarismo ao ter-se apostado tanto numa altura em que a tecnologia produzia pouco e era cara.

Gostava que o senhor me dissesse se concorda com a existência do chamado monstro elétrico e se acha que este pode ser o principal problema do sobrecusto do sistema elétrico português. Gostava de saber a sua opinião sobre este assunto.

Em 2007, ainda não tinha sido efetuado nenhum pagamento ou ajuste no âmbito dos CMEC, mas, nesse ano, o Governo já conhecia as suas intenções em termos de política de investimento nas eólicas, pelo que seria expectável que o aumento da potência instalada, em termos de eólicas, teria um impacto grande e calculável no âmbito dos CMEC.

Portanto, pergunto ao Sr. Doutor se não acha que estavam criadas as condições para uma revisão do mecanismo dos CMEC de modo a acomodar a política do Governo — a tal grande aposta nas eólicas no tal regime de *feed-in tariff* —, sobretudo se considerarmos que os CTC em Espanha foram abolidos em 2007.

A outra pergunta prende-se com o facto de ter sido chefe de gabinete e assessor em vários governos. Vamos imaginar que o senhor era ministro em 2007: o que é que o senhor faria em relação aos CMEC e à PRE? O

senhor disse que, do ponto de vista técnico, podia não ser muito especialista nos cálculos de taxas de juro e coisas no género, mas como é jurista o que é que o senhor faria?

Já se falou muito, nesta e noutras audições, em portas giratórias, por isso gostava que o senhor nos desse a sua perceção sobre esse assunto.

O Sr. **Presidente**: — Tenho, neste momento, duas inscrições para a terceira ronda, dos Srs. Deputados Rui Cruz e Hugo Costa.

Vamos deixar estas duas inscrições, de facto, para a terceira ronda, tendo eu a esperança de que, nas respostas que o Sr. Doutor vai dar a esta segunda ronda, esmoreça, de alguma forma, a vontade de os Srs. Deputados voltarem a colocar as mesmas ou outras questões.

O Sr. Dr. Tiago Andrade Sousa dispõe de 25 minutos para responder às questões que foram levantadas.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Não os gastarei de todo, Sr. Presidente.

Vou começar, então, por responder às questões colocadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista em relação à questão do acesso da EDP ao relatório. O que disse foi que tinha sido estranho. Disse que tinha estranhado... Longe de mim e dos meus colegas de gabinete, à data, entenderem que o tema deveria ser tratado com normalidade; o que refiro é que, à data de hoje, passados estes anos todos, me parece que houve, de facto, uma antecipação da EDP ao direito ao contraditório. Mas longe de mim minorizar o que foi feito. Aliás, julgo que referi a expressão: «achámos, no mínimo, estranho».

Sobre a questão do Estado, das manifestações do Dr. Manuel Champalimaud... Não conheço o que ele disse, não vou comentar comentários que não conheço e de uma pessoa que não conheço.

Julgo que se referiam ao Dr. Artur Trindade e ao pai do Dr. Artur Trindade, mas não faço... A seriedade do Dr. Artur Trindade é algo que não ponho em causa. Acho que, no mínimo, essas declarações foram infelizes.

Em relação à questão das contrapartidas da EDP, da garantia de potência, das taxas de juro, Sr. Deputado, tentei explicar há pouco e julgo que já houve outro interveniente que aqui explicou: a negociação do processo da EDP teve um desfecho que passou por uma redução da taxa de 7,5% para 4,7%, salvo erro, e o que é que a EDP, como contrapartida, negociou? Foi no sentido de, primeiro, futuras reduções desta taxa passassem a depender — e julgo que isso ficou no decreto-lei ou na portaria — de proposta da EDP, o que me parece natural, uma vez que a EDP aceitou partir para essa redução sem ter esse incentivo que salvaguardasse alguma estabilidade futura.

No que toca à questão da garantia de potência, os cortes tinham sido feitos e, na altura, o que me foi transmitido — e, como lhe disse, eu estive presente na primeira reunião e na última — foi que a EDP negociou nestes termos: «os senhores reduziram a garantia de potência de uma forma muito significativa, o pagamento da mesma está suspenso e, futuramente, o que solicitamos é alguma estabilidade» Julgo que isto faz parte de negociações e nem lhe queria chamar *trade-offs* contratuais, mas creio que faz parte, no sentido de se chegar a um consenso.

Portanto, em termos de contrapartidas, julgo...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Há a dívida, também.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — A questão da dívida era...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do Orador.*

O Sr. **Presidente** (Bruno Dias): — Peço desculpa, Sr. Doutor, mas pedia só que o Deputado Jorge Costa repetisse a pergunta, com o microfone ligado, e depois prosseguiríamos com a resposta do Sr. Doutor. Pode ser?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Não, se calhar... Ainda estou nas respostas ao Partido Socialista.

O Sr. **Presidente** (Bruno Dias): — É só para se ouvir aquilo que foi dito, em aparte, pelo Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, estava só a acrescentar que, naquele documento que está agora a ser citado, além das condições que já foram referidas, estavam também a manutenção da remuneração da dívida tarifária a taxas equivalentes ao custo de capital da EDP e a possibilidade de uma remuneração fixa, no futuro, depois de passado o prazo do CAE de Sines.

O Sr. **Presidente** (Bruno Dias): — Faça favor de continuar, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — O que diria, em relação às alegadas contrapartidas da EDP, é que fazem parte de um processo negocial cujo desfecho é conhecido, ou seja, de facto, foi a primeira vez que se conseguiu negociar reduções com a EDP.

Passo, agora, às questões que envolvem a Boston Consulting Group, as «portas giratórias» e os *lobbies*.

Bom, em termos de «portas giratórias», confesso-vos que ainda não apreendi totalmente esse conceito. Mas, do que pude ler, o que gostaria de dizer em relação à BCG, tanto em relação à BCG como em relação a outros,

nomeadamente a escritórios de advogados, é que é normal que o Estado se socorra de entidades externas para lhe prestarem apoio em processos que, muitas vezes, são demasiadamente complexos para os recursos de que dispõe.

No que toca à questão das «portas giratórias» — e falo no meu caso —, passei por dois gabinetes ministeriais, um em 2004, num espaço de tempo muito curto, e outro entre 2011 e 2013, sendo que, dos mais de 21 anos de trabalho que conto, 18 anos foram passados no privado. Portanto, julgo que uma passagem pelo público não deve limitar, nem a mim nem a ninguém, o regresso ao setor privado e vice-versa, ou seja, quem está no privado também não deve estar inibido de poder exercer funções públicas, desde que as exerça com seriedade e competência e que a ética acompanhe esse dia a dia de trabalho.

Deixo apenas uma nota que julgo que, às vezes, é importante deixar. Não tendo eu, como disse, exercido cargos políticos nem sendo um especialista, julgo que, às vezes, faz sentido deixar algumas mensagens para reflexão dos Srs. Deputados e da Assembleia no seu todo.

Esta nota tem que ver com os poucos recursos de que o Estado dispõe, por exemplo, nesta área da energia.

Em 2011 — e recordo que, na altura, solicitámos um estudo sobre os recursos de que o Estado dispunha —, a Direção-Geral de Energia e Geologia, que, no fundo, é o braço armado do Governo, o braço armado do gabinete para a política energética, tinha 70 pessoas, num quadro de 160 ou 170, das quais 2 eram juristas.

Agora, imaginem os Srs. Deputados a complexidade de que se revestem todos estes temas, o dia a dia que é imposto a estes funcionários no que toca a transposição de diretivas, decretos-leis, apoio à política energética de regulamentação do Governo, negociações, ações de fiscalização... Para

isto, havia 70 pessoas, das quais 2 eram juristas... Quer dizer, não há omeletes sem ovos...!

Portanto, o Estado, enquanto não resolver este problema, terá certamente de continuar a socorrer-se de apoio externo. Na altura, o que nós — eu, Henrique Gomes e Artur Trindade — procurámos fazer foi encontrar gente independente e, no caso que foi falado há pouco, o do escritório de advogados, gente que não trabalhasse com o setor, no sentido de ter negociações relativamente independentes.

Queria deixar esta nota, porque, na altura, algo que nos preocupou a todos foi o quadro com que a Direção-Geral de Energia e Geologia contava e o número tão reduzido de colaboradores, com uma média etária muitíssimo elevada. Portanto, julgo que o Estado deve intervir neste tema.

Sr. Deputado Jorge Costa, em relação à questão do acordo da EDP, depois do corte dos 120 milhões, e ao tema da extensão do domínio hídrico, se nasce depois... Ou a questão do relatório...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Exato!

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Portanto, houve uma negociação e, depois, o relatório foi produzido.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A negociação já estava feita, depois veio o relatório...

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Bom, vamos lá ver, a negociação envolveu o tema da garantia de potência, envolveu o tema da redução da taxa, mas não envolveu o tema da extensão do domínio hídrico — julgo que essa questão também estava envolvida —, porque, na altura, foi decidido que esse tema deveria ser tratado à parte, ser monitorizado pela troica e ser objeto

de um estudo e de um relatório, que foi entregue depois. Creio que foi essa a separação que foi feita.

Passaria agora à questão do acordo com a APREN, de como ele foi feito e que cálculos. No caso da APREN, o que se deu foi a constituição de um grupo de trabalho, envolvendo o Governo, que contou com o secretário de Estado, um assessor e o diretor-geral de energia, salvo erro, e, do outro lado, basicamente, os grandes representantes da APREN, e estamos a falar dos representantes dos quatro ou cinco grandes produtores de energia eólica.

Esse processo teve início em março ou abril, salvo erro, e o desfecho foi o Decreto-Lei n.º 35/2013, que também, pela primeira vez, reduziu... Aliás, o Decreto-Lei n.º 33-A/2005 foi o primeiro, na altura, a atribuir tarifas mais reduzidas, mas o Decreto-Lei n.º 35/2013 foi o primeiro, de facto, a provocar reduções nas remunerações e poupanças para o sistema elétrico.

Como lhe disse também, creio que no estudo inicial, o tal que refere 40 ou 50 milhões por ano,...

O Sr. Jorge Costa (BE): — Exato!

O Sr. Dr. Tiago Andrade Sousa: — ... se tratou de uma estimativa que foi feita, na altura, no âmbito da consensualização daquele relatório, que depois teve de ser alterado. Creio que foi uma estimativa que foi feita, na altura, mas não foi com base nessa estimativa que se partiu, depois — até, porque, na altura, já era o Dr. Artur Trindade —, para a negociação com a APREN, cujos resultados dessas negociações são conhecidos.

Aliás, chamo a vossa atenção para o facto de o Decreto-Lei n.º 35/2013 também prever um corte, muito poucas vezes mencionado, que é o da redução no que toca às pequenas centrais hídricas, que originou uma poupança de 250 milhões.

Este tema tinha que ver com centrais que não tinham também limite temporal em termos de auferição da tarifa e que estavam «linkadas» ao prazo da concessão, que era, muitas vezes, de 75 ou 45 anos. Na altura, o Governo identificou e corrigiu essa situação, e isso está no Decreto-Lei n.º 35/2013.

Portanto, o que lhe tenho a dizer é que todas estas negociações originaram poupanças, e originaram-nas de uma forma pacífica, ao contrário de outros países, onde, como sabe, essa questão da parte pacífica, muitas vezes, já não foi tida em conta. Aqui, de facto, foi possível originar essas poupanças.

Quanto à questão do sobreequipamento, creio que — mas o Sr. Deputado, depois, poderá confirmar com o Dr. Artur Trindade, que aqui virá — a referência tem por base o último concurso das eólicas, que é, salvo erro, o da fase C, que apontava já para tarifas na ordem dos 60%. Creio que foi esse o racional. Não quero estar aqui a provocar nenhuma inverdade, mas creio que foi esse o racional.

Relativamente à questão das indisponibilidades em 2014, eu, nessa altura, já não estava lá. Portanto, não sei se foi alguma portaria ou algum decreto-lei... Em 2014, eu já não estava lá.

Depois, o Sr. Deputado Bruno Dias perguntou se os frutos do processo ficarem aquém ou além do que o Eng.º Henrique Gomes identificou. Os cortes foram o que foram, foram os cortes anunciados, foram os cortes que foram, efetivamente, realizados pela primeira vez e, quer dizer... Não me recordo se as declarações do Eng.º Henrique Gomes foram posteriores a estes cortes. Foi isso que o Sr. Deputado quis dizer? Foi uma crítica do Eng.º Henrique Gomes ao valor em si?

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, Emídio Guerreiro.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — As duas coisas, antes e depois.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Em relação ao período do Eng.º Henrique Gomes, infelizmente, na altura, por muito que quiséssemos e estivéssemos solidários com essa batalha, não foi possível, de facto, fazer esses cortes, mas tenho a certeza de que, por ele, teriam sido efetivamente feitos. Durante o período do Dr. Artur Trindade, os cortes foram efetivamente feitos e, portanto, se foram mais ou menos... Foram os que foram!

Perguntou-me o que eu achava da demissão do Sr. Secretário de Estado da Energia e se havia simetrias com o que se passou no Governo atual. É isso?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E, antes disso, o processo que levou à demissão do Eng.º Henrique Gomes.

Ficou a faltar, ainda, uma questão anterior, que tinha a ver com o poder da EDP e a desigualdade, quer na informação quer no acesso privilegiado a esse tipo de documentos.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Em relação a esse primeiro tema, houve, de facto, logo no início, um cuidado por parte do Eng.º Henrique Gomes e, quando eu entrei, esse trabalho, que tinha a ver com a elaboração do modelo do sistema elétrico nacional, já estava em curso.

Em 2011, o Estado não tinha um modelo, o único que existia era o da EDP. Portanto, de facto, na altura, o Eng.º Henrique Gomes teve a preocupação de o elaborar e — atenção! — esse trabalho foi feito em articulação com a EDP, no sentido de encontrar um modelo que pudesse... Aliás, julgo que, hoje, esse modelo serve o Estado e é utilizado pela direção-geral de energia e pelos gabinetes que se seguiram.

Portanto, em termos de informação, sentiu-se logo que, nessa medida, havia uma informação que existia de um lado e uma informação que não existia do outro, mas que passou a existir. Esse trabalho foi feito e julgo que, de facto, foi uma medida muito importante e que, muitas vezes não é tão divulgada no setor.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Pode especificar o que é esse modelo? Não estou a perceber.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Na altura, existia um modelo financeiro, utilizado pela EDP, que, no fundo, monitorizava a evolução dos custos e das receitas do setor, mas o Estado não tinha um modelo criado. O Eng.º Henrique Gomes identificou essa falha do Estado e criou este grupo de trabalho, cujos trabalhos acabaram por durar dois meses, julgo, para elaborar esse modelo e consensualizá-lo com a EDP.

Como já foi referido, na altura, as terapêuticas que foram identificadas para atacar o tema dos défices tarifários, da dívida tarifária é que não chegaram a ser consensualizadas. Mas as variáveis subjacentes a esse modelo, na altura, foram todas alinhavadas e consensualizadas com a EDP, pelo que me recordo.

Quanto à questão da demissão do secretário de Estado, já aqui foi falada, ela é pública. O que o secretário de Estado nos transmitiu, na altura, foi que não estavam reunidas as condições para continuar e saiu, o que, de resto, é público – aliás, ele virá aqui e, certamente, responderá melhor do que eu, de uma forma mais direta, sobre a sua saída.

Em relação à pergunta do Sr. Deputado Hélder Amaral sobre se os assessores e os consultores têm capacidade para fazer legislação, digo-lhe que não, Sr. Deputado; quem produz legislação e aprova legislação é o Governo ou a Assembleia da República. Os assessores e os consultores,

muitas vezes, o que fazem — falo pela experiência que tive em 2011 e 2013 — é prestarem assessoria em conjunto e articulação com os serviços do Estado, isto é, neste caso com a Direção-Geral de Energia e Geologia, que é a entidade competente de onde emana grande parte da legislação na área da energia e os assessores e os consultores têm um trabalho de validação, acrescentando algum valor ao trabalho feito por ela.

Portanto, atuando de uma forma independente e desde que a ética nos acompanhe nesse dia-a-dia, não vejo qualquer tipo de tema nisso.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Para sermos mais precisos, a pergunta também era se pressionam para conseguir uma aprovação, ou se se limitam a esse trabalho técnico e, depois, deixam que o caminho siga.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Os assessores e os consultores?

O Sr. **Presidente**: — Se eles influenciam, de alguma forma...

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Não. Muitas vezes, eles são contratados pelos gabinetes para dar apoio na formulação de diplomas, de relatórios, etc. Da experiência que tenho, nunca senti qualquer tipo de pressão por parte dos consultores no sentido de aprovar isto ou aquilo.

Quanto ao papel da sociedade Pedro Rebelo de Sousa na arquitetura dos CMEC, estamos a falar de 2004, 2007?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sim.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Não acompanhei, não sei, desconheço qual era a sociedade, acredito que seja, mas... Julgo que a sociedade de advogados PRS (Pedro Rebelo de Sousa), da experiência de

trabalho que tenho com ela, normalmente, acompanha o Estado mais na área da concorrência. Não sei se tiveram uma participação na elaboração dos próprios diplomas, julgo que estão mais nessa área da concorrência.

Relativamente à questão sobre as vantagens para a EDP, no que se refere ao ministro Manuel Pinho, não acompanhei, nem em 2004, nem em 2007, o tema dos CMEC e dos CAE. O que sei sobre o tema é o que tem sido veiculado pelos jornais e pouco mais, portanto, não vou fazer comentários sobre notícias. Julgo que terão oportunidade de ouvir aqui o ex-ministro Manuel Pinho.

Em relação à pergunta do PSD sobre os cortes de 4000 milhões de euros e a alguma simetria com o Governo atual, Sr.^a Deputada Fátima Ramos, falo pelos meus dois anos de trabalho, mas como depois acompanhei este assunto de longe, durante aqueles quatro anos, sei que foram produzidos cortes nunca feitos anteriormente, em todas as áreas e de uma forma relativamente pacífica.

Se ficou mais por cortar, a Sr.^a Deputada deverá questionar a Sr.^a Presidente da ERSE que, aliás, creio que já apresentou aqui um relatório em que identifica os cortes feitos e as remunerações mais ou menos adequadas de cada setor.

O que posso dizer-lhe é que a grandeza dos cortes feitos durante o Governo de Passos Coelho foi extraordinária. Parece-me que isso foi, aliás, validado pela ERSE e pela troica. Aliás, da efetivação de alguns cortes fazia-se depender o desembolso das *tranches* do financiamento, pelo que não me parece que a troica validasse medidas que não foram, efetivamente, realizadas.

Quanto à questão do «monstro elétrico», não sei quem é o autor da definição, mas tenho alguma dificuldade em chamar monstro ao que quer que seja... Agora, monstro elétrico, não o defino assim, muito sinceramente! Se havia monstro, ou não, creio que com as medidas adotadas o percurso da

dívida tarifária está em linha com o que tinha sido aprovado e estimado. Pelo que vi, da última vez, a dívida desaparecerá em 2022, 2023, aproximadamente.

A Sr.^a Deputada Fátima Ramos pergunta-me em relação ao aumento da eólica, em 2007, e o que faria aos CMEC e à PRE. Sr.^a Deputada, não sei se foi em 2007, creio que a grande explosão em termos de renováveis terá sido aproximadamente em 2006, 2007. Como trabalhei durante seis ou sete anos numa empresa em que, embora a maioria da atividade se passasse lá fora, acompanhei de perto outros enquadramentos legais e regulatórios de outros países, como a Polónia, a Roménia, os Estados Unidos, o Brasil, etc., o que sinto hoje — estamos a falar dez anos depois — é que, de facto, terá havido algum voluntarismo no sentido de atribuir potência, de uma forma algo voluntarista e, eventualmente, até generosa.

Isto é fácil de dizer hoje, mas o reverso da medalha é que, se isso não tivesse sido feito na altura, não teríamos chegado ao cumprimento dos compromissos internacionais que temos, hoje, em termos de alterações climáticas.

Poderia, eventualmente, ter sido identificado um outro tipo de esquema remuneratório em que a evolução da tecnologia acompanhasse a redução da tarifa... Por que é que hoje faz sentido falar sobre isto? É que, hoje, o solar e o eólico vão para mercado, portanto, fazem-se...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não vão, porque o Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de fevereiro, dispensa-os disso.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Não, não! Estamos a falar do novo; faz-se em mercado. Portanto, a tecnologia já é tão competitiva que... Mas é fácil falar passados dez anos!

Em relação às «portas giratórias», julgo que já respondi, mas se houver mais algum tema...

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Se fosse ministro, em 2007, o que faria em relação aos CMEC e à PRE?

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr.^a Deputada, não me vejo como ministro, nem em 2007, nem em 2017, nem em 2027.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, passar à terceira ronda, mantendo a ordem dos grupos parlamentares.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, a terceira ronda será de três minutos por grupo parlamentar ou de dois minutos por Deputado?

O Sr. **Presidente**: — Se o Sr. Deputado não tivesse feito essa observação, os três minutos por grupo parlamentar já estavam transformados em dois minutos por Deputado.

Assim, obriga-me a perguntar aos grupos parlamentares se exercem o direito de participar na terceira ronda enquanto grupos parlamentares, tendo assim três minutos, ou se participam enquanto Deputados, ficando com dois minutos. Já estava consensualizado serem dois minutos, mas...

O Sr. Deputado Hugo Costa, tem a palavra durante dois ou três minutos, conforme pretender.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista é indiferente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimentando o Dr. Tiago Andrade Sousa, quero dizer que solicitei a palavra nesta terceira ronda, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apenas para referir um conjunto de afirmações que não transcrevem a verdade.

Sei que, muitas vezes, no debate parlamentar acalorado, se diz «nós fizemos tudo, aqueles não fizeram nada» – ouvimos isso por parte do PSD.

Sobre este Governo, quero referir o seguinte: redução do défice tarifário de 5000 milhões de euros para 3,6 mil milhões de euros; no ajuste final dos CMEC uma poupança de 100 milhões de euros em relação ao passado;...

Protestos dos Deputados do PSD António Topa e Fátima Ramos.

... suspensão da garantia de potência; controlo do mecanismo de interruptibilidade; e, ficamos por aqui.

A questão da ERSE, a entidade reguladora, já foi aqui colocada pelo Sr. Dr. Tiago Andrade Sousa, que disse que os cortes no tempo do Eng.º Artur Trindade foram sempre acompanhados por estudos da ERSE. Quero perguntar-lhe se — tendo trabalhado no gabinete do Dr. Manuel Lencastre, sem competências na área da energia, como disse — não acha anormal ou, pelo menos, estranho que ele tenha dito, nesta Casa, se bem que por videoconferência, que desconhecia um estudo da ERSE que dizia que o custo podia ser de mais 800 milhões de euros na lei dos CMEC, isto é, no Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de dezembro, e que esse mesmo membro do Governo tenha aprovado uma lei — diz que hoje já não o faria dessa forma — sem

conhecer um estudo da ERSE que, obviamente, tinha a responsabilidade de conhecer. Parece-lhe normal a decisão?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Quero insistir sobre uma pergunta que escapou ao Sr. Dr. Tiago Andrade Sousa sobre qual foi o destino do relatório dos CMEC, ou seja, para quem foi enviado, que respostas obteve, que diálogo houve dentro do Governo a respeito dos factos reunidos naquele relatório. No fundo, para que é que ele serviu?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cruz, do PSD.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, permita-me um esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Sim.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — É sobre o relatório do grupo de trabalho.

O Sr. **Presidente**: — O relatório de 2011.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não.

O Sr. **Tiago Andrade Sousa**: — O que tem o Cambridge.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não, não é o que tem o Cambridge; é o seu relatório, o que o senhor coordenou no grupo de trabalho.

O Sr. **Presidente**: — O grupo de trabalho criado no seio do gabinete.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O grupo de trabalho com a REN, com a Direção-Geral de Energia e Geologia e com a ERSE, que fez aquela recolha de dados sobre o domínio hídrico, o fator de ponderação, etc.

O Sr. **Presidente**: — O relatório está devidamente localizado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Rui Cruz, do PSD, a quem dou a boas-vindas a esta Comissão, uma vez que é a primeira vez que participa.

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Tiago Andrade Sousa, aproveitando o uso que fez do seu percurso profissional, e para fugir um pouco ao que tem sido aqui discutido, tenho aqui um conjunto de questões em relação às quais gostaria de saber as suas respostas.

A primeira pergunta é se acompanhou o processo de negociação e criação do consórcio Ventinvest. Estamos a falar de um consórcio, tal como podíamos falar do consórcio ENEOP-Eólicas de Portugal, que junta empresas privadas, em que o Estado tem uma posição preferencial ou tinha, na altura, empresas 100% privadas. Quero perguntar-lhe se conhece a posição do Governo para as propostas de ajuntamento de consórcio destas empresas, neste caso, da Ventinvest.

Quero perguntar-lhe também se acompanhou o processo de candidaturas ao concurso para atribuição de licenças para produção de energia eólica, quer a fase *A* e, em especial, a fase *B*, em que é a Ventinvest que vence.

Também quero perguntar-lhe se acompanhou o processo de alienação pela EDP/ENEOP à Ventinvest da licença atribuída na fase *B* do concurso e se o Estado, o Governo, tomou posição, ou não, sobre esta matéria, uma vez

que estávamos perante um consórcio que tinha adquirido recentemente uma licença e, pouco tempo depois, a vende a outro consórcio.

Quero perguntar-lhe se sabe por que não foram licenciados os parques eólicos previstos na candidatura da Ventinvest, dando como exemplo, o Parque Eólico da Tocha.

Voltando à nossa discussão, quero perguntar-lhe se a Secretaria de Estado de que fez parte, enquanto chefe de gabinete, ponderou o facto de termos uma empresa, a EDP, que obtinha benefícios múltiplos em dois regimes, pelo menos estes dois, os mais importantes, o das compensações dos CMEC e o dos subsídios na produção da energia eólica.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Tiago Andrade Sousa, dispondo aproximadamente de cinco minutos.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Presidente, peço para usar os dois minutos previstos como tempo individual para cada Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, abrimos o período de inscrições, anunciámo-las e fechámo-las.

É a primeira vez que estou em funções de presidência nesta Comissão, mas gostaria, de facto, que os Srs. Deputados de todos os grupos parlamentares se alinhassem com as regras, porque são comuns a todos.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Se não poder ser, não falo!

O Sr. **Presidente**: — Tem é de se inscrever no momento próprio, Sr. Deputado. É só por isso!

Se o plenário da Comissão não se opuser — penso que o espírito é esse —, e olhando para os rostos dos Deputados presentes, tem a palavra o Sr. Deputado António Topa, que dispõe de dois minutos.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa aos colegas, porque pensei que estávamos na fase dos três minutos e que precisaria de me inscrever novamente para poder usar da palavra por dois minutos.

Sr. Doutor, não sei porquê mas afirmou aqui que, no tempo do Governo em que o ministro era Jorge Moreira da Silva, foram efetuados cortes bastante significativos nas rendas.

O Deputado Hugo Costa — e parece que isso o incomoda, não sei se é verdade ou não, mas é esta a questão que tem de se pôr — disse que no tempo deste Governo houve um corte na dívida tarifária de 5500 milhões para 3500 milhões.

Quero chamar a atenção do Deputado Pedro Costa...

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Hugo, Hugo!

O Sr. **António Topa** (PSD): — Hugo Costa, desculpe.

Quero chamar a atenção do Deputado Hugo Costa que, em função dos cortes efetuados de 4000 milhões, a dívida tarifária teve de decrescer. E o caricato é que o Sr. Deputado, há uns tempos, quando fez uma intervenção no Plenário da Assembleia, mostrou um gráfico que dava conta da descida da dívida tarifária, sendo que esse gráfico era igualzinho a um que foi efetuado por Jorge Moreira da Silva.

Portanto, os valores da queda da dívida tarifária estavam programados nesse sentido e tal correu da forma como foi programada no tempo do governo de que fez parte Jorge Moreira da Silva.

Era isto que queria dizer.

Protestos dos Deputados do PS Hugo Costa e Luís Moreira Testa.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agora, sim, tem a palavra o Sr. Dr. Tiago Andrade Sousa, que dispõe de cerca de seis minutos para responder.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr. Deputado Hugo Costa, não ouvi a intervenção do Eng.º Manuel Lancastre nesta Comissão, mas o que posso dizer é que se é um relatório da ERSE de 2004 e estamos a falar de 2018...

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — É de 2004!

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sim, trata-se de um relatório que se reporta a 2004. Estamos a falar de alguém que, ainda por cima, não acompanha esses temas, vive lá fora e nunca mais exerceu funções políticas, por isso parece-me normal que não se lembre desse relatório. Mas não vou responder pelo Eng.º Manuel Lancastre.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, quero só precisar...

O Sr. **Presidente**: — Eu posso precisar, Sr. Deputado.

O que foi dito na altura é datado, ou seja, foi em 2004, nesse ano, que disse que desconhecia o relatório da ERSE.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Ah, em 2004!

O Sr. **Presidente**: — É só para esclarecer isto, porque é uma questão que ultrapassa, claramente, o âmbito desta audição em concreto, em que temos presente uma pessoa para se referir a outros assuntos.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Não conheço as declarações. Passei a conhecer, mas não as comento.

Sr. Deputado Jorge Costa, prometo-lhe que vou tentar identificar esse relatório junto de ex-colegas. O relatório foi produzido, foi remetido à troica...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Nós temos o relatório!

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Mas, sobre os passos seguintes... Eu saí em julho de 2013 e julgo que essa medida ainda passou para o sexto ou sétimo *review*, ou seja, estava *on going*. Não tinha sido fechada pela troica, mas o relatório foi entregue à troica.

Comprometo-me com o Sr. Deputado que vou tentar esclarecer junto de ex-colegas, a seguir a esta audição, quais foram os passos seguintes à entrega desse relatório, se o Sr. Presidente permitir, depois, farei chegar a informação que conseguir.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Obrigado!

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sr. Deputado Rui Cruz, em termos do consórcio Ventinveste, sim, conheço esse consórcio. Aliás, enquanto trabalhador da Martifer, integrei e acompanhei o processo da Ventinveste em 2007, já aquando da atribuição da fase *B* a esse consórcio, que era um consórcio constituído pela Galp, pela Martifer e pela Babcock & Brown...

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — A Repower!

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — A Repower era parque industrial. Depois, havia um outro terceiro eólico...

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — A Efacec e a Enersis!

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — A Efacec e a Enersis, que é uma empresa australiana que tinha sido vendida há pouco tempo.

Acompanhei esse processo. Na fase *A*, foi atribuída ao consórcio EDP e à Generg, julgo eu, e há os industriais...

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — A Enercom!

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — A Enercom, de Viana do Castelo, e a esse consórcio foram atribuídos 400 MW da fase *B*.

Perguntou-me por que é que houve uma série de parques que não foram feitos. Enquanto lá estive, recordo-me que havia uma série de limitações ambientais, nomeadamente no parque eólico da Tocha, que era relativamente perto da costa, também havia um outro, que julgo que era perto de Moimenta da Beira, e que tinha um problema relacionado com o lobo-ibérico. Portanto, houve um atraso muito considerável em termos de desenvolvimento desses projetos eólicos, mas depois deixei de acompanhar esta questão.

Foi vendido à EDP em 2014, 2015, mas eu não estava lá, não acompanhei o processo.

Em relação à EDP estar nos CMEC e na PRE, quer dizer, antes da Ventiveste, a EDP já estava na PRE. Antes da Eneólica, a EDP já estava na PRE, portanto não há nenhuma novidade sobre isso, creio eu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cruz, que vai pedir um esclarecimento sobre a pergunta que colocou.

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — O Sr. Doutor fugiu à pergunta sem intenção. Não estou a dizer que foi com intenção.

A primeira pergunta que colocámos foi a seguinte: acompanhou o processo? Se sim, qual foi a posição do Estado, tendo em conta que permitiu que uma empresa privada com uma posição preferencial do Estado, a Galp, se juntasse àquelas quatro ou cinco empresas no consórcio Ventinveste? Ou seja, na formulação do consórcio, não houve concurso, não houve nada; houve apenas uma decisão de junção. Pergunto: qual foi o procedimento do Estado enquanto acionista preferencial?

A última questão já não tem nada a ver com isto. Perguntámos se na secretaria de Estado foi ponderado, a partir de determinada altura, termos uma empresa, a EDP, que obtinha ganhos por via dos CMEC e benefícios por via do subsídio à produção da energia eólica por força de ter vencido o primeiro concurso.

O Sr. **Presidente**: — Compreendeu a pergunta desta vez? Está claro?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — A primeira pergunta foi esta: por que é que a Galp se junta àquele consórcio, tendo ainda uma participação do Estado?

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — Qual foi a posição do Governo?

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Não sei. Isso já foi a seguir ao Governo de Santana Lopes. Portanto, já foi em 2005, 2006, que esse concurso eólico foi lançado e que os consórcios foram constituídos. Portanto, não estava nem no Estado nem na Galp. Não sei por que é que...

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — Mas estava na Martifer!

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Sim. Mas, se estou na Martifer, não estou na Galp – aliás, quando entrei na Martifer esse consórcio já estava constituído.

Peço desculpa, mas continuo sem perceber o alcance da questão de a EDP estar na PRE e nos CMEC. Quer dizer, a EDP está na PRE eólicas, está na PRE solares, está nas hídricas, está em vários setores da produção de eletricidade... Portanto, ter aparecido nesse consórcio e ter-lhe sido atribuída a fase *A*, quer dizer...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos tentar ser claros. Estamos quase no fim da audição e estamos muito cansados. Ou a pergunta é feita de forma clara para que todos nós percebamos — e à qual o nosso convidado possa responder —, ou, então, não saímos daqui.

Como disse há pouco, ou «chutamos à baliza» ou não chutamos.

Peço que este diálogo vá para qualquer lado, mas, sobretudo, que termine.

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — Vou tentar chutar à baliza, Sr. Presidente.

A pergunta foi clara: na secretaria de Estado de que fez parte, enquanto chefe de gabinete...

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Em 2011?

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — Exatamente.

Na secretaria de Estado de que fez parte, enquanto chefe de gabinete, em determinada altura, havia uma empresa, a EDP, que, além de ter uma posição monopolista no mercado, recebia benefícios do Estado em dois instrumentos diferentes.

Por isso, pergunto: isto foi ponderado no processo de redução de custos? Temos falado aqui na redução das rendas, num conjunto de medidas que pesaram os 4000 milhões.

A questão é no sentido de saber se, nesse processo, tendo em conta que tínhamos uma empresa, a EDP, com esta posição, essa questão foi ponderada ou não.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — O processo de alienação da posição que a Ventinveste tinha à EDP, posição que se dá entre 2011 e entre 2014...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, se me permite, acho que compreendi a pergunta do Sr. Deputado e vou tentar traduzi-la para ajudar à compreensão de todos nós.

A pergunta é a seguinte: naquele momento — esqueça a Ventinveste, que nada tem nada a ver com isto — em que se tomaram decisões políticas no sentido de se cortar as rendas e as poupanças, que já foram aqui referidas várias vezes, foi tido em conta o peso específico que a EDP tinha no setor nas suas diferentes valências? Acho que é esta a pergunta; chutando à baliza, trocando por miúdos, é esta a questão que o Sr. Deputado quis colocar.

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — Sim, é essa!

O Sr. **Presidente**: — Esta não tem nada a ver com as outras questões que levantou, nomeadamente as relacionadas com os consórcios.

O Sr. Dr. **Tiago Andrade Sousa**: — Está claro.

Julgo que, na altura, e hoje, essas competências dizem respeito a outras autoridades, ou seja, em termos de avaliação de posições dominantes e de posições monopolistas compete à Autoridade da Concorrência, aos reguladores setoriais.

Portanto, não competiu, na altura, ao Governo no que toca à quantificação dos custos que estavam envolvidos e dos custos que importaria atacar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor, pela forma como participou na reunião e pelos esclarecimentos que deu.

Agradeço também aos Srs. Deputados a forma como a reunião decorreu, esperando que tenham colocado todas as questões que gostariam de ter colocado ao convidado de hoje e que, de alguma forma, as respostas possam ter ido ao encontro das vossas expectativas.

Antes de dar por terminados os nossos trabalhos, recordo que logo, no final do Plenário — peço mesmo que seja assim que o Plenário terminar, o qual consta de dois pontos, o debate quinzenal com o Sr. Primeiro-Ministro e o debate preparatório do próximo Conselho Europeu —, haverá reunião de Mesa e Coordenadores.

Volto a recordar o que disse no início da reunião: temos um caderno de encargos um pouco pesado e urge definir as coisas para podermos tomar decisões que beneficiem o bom desempenho desta Comissão.

Muito obrigado a todos. Até mais logo.

Está encerrada a reunião.

Eram 13 horas e 42 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.